

Sumário

Número de notícias: 43 | Número de veículos: 38

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Menos de uma semana para atualizar cadastro - SERVIDOR..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Censo reacende preocupação com futuro da Previdência (Editorial)..... 5

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados do INSS vão receber R\$ 1,8 bilhão da Justiça Federal..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 1,8 bilhão em atrasados para segurados do INSS..... 8

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 1,7 bilhão de atrasados a beneficiários do INSS..... 9

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuição após aposentadoria - RECLAMAR ADIANTA..... 10

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Por idade pode! (Editorial)..... 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS pagará bônus para reduzir filas..... 12

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6..... 13

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta para 3º lote de restituição do Imposto de Renda..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de até US\$ 50 para importados gera perda de R\$ 35 bi, estima Receita..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco estima perda de R\$ 35 bi com isenção a site estrangeiro..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Depreciação acelerada pode ter recursos de até R\$ 15 bi, afirma Haddad..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PIS/Cofins de receitas financeiras pode gerar valores menores que o esperado..... 18

A GAZETA - MACAPÁ - AP - POLÍCIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal apreende 500 gramas de "supermaconha" em unidade dos Correios em Belém
..... 19

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal acha drogas em pacotes de figurinhas..... 20

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja lista com 2.480 vagas em concursos públicos que serão abertos em 2023 (mercado de trabalho)..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Governo prepara abertura de mais 10 mil vagas de concurso..... 22

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Cem magistrados receberam R\$ 38 mi em 6 meses..... 25

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira espera promulgar reforma tributária ainda neste ano e diz que proposta é de Estado..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arthur Lira alerta para riscos..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxar super-ricos põe Reforma Tributária em risco, afirma Lira..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira defende adiar debate para taxação dos "super-ricos"..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira defende adiar taxação de fundos exclusivos..... 31

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não será fácil a batalha de Haddad para taxar os super-ricos brasileiros - BRASIL NA PAUTA..... 32

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira alerta para os riscos de sobreposição de propostas no Congresso..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os riscos do Imposto de Exportação (Artigo)..... 35

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agora, alimentos são isentos de impostos (Artigo)..... 37

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica da Reforma Tributária não diferencia rico de pobre, dizem analistas (Reforma tributária)..... 38

Construção e serviços podem pagar mais com Reforma Tributária; veja como fica cada setor (Reforma tributária)

..... 40

Mercado critica exceções em textos aprovados no Congresso..... 42

Para Lira, reforma administrativa está pronta para votação..... 43

Vamos tratar da reforma administrativa, diz Lira..... 44

Lira critica debate "atropelado" sobre partilha de cargos..... 46

Alckmin: expectativa é de corte dos juros na próxima reunião do Copom..... 47

Cashback da reforma poderá devolver impostos a mais pobres..... 48

Ibovespa alcança maior nível em dois anos; dólar recua..... 50

Bolsa volta aos 121 mil pontos, e dólar cai a R\$ 4,73..... 51

Brasil ensaia melhora no cenário de longo prazo, diz Tendências..... 52

Divergências no Copom tendem a aumentar com novos diretores..... 54

Crédito deve crescer 7,7% em 2023, projeta Banco Central..... 55

A pedido do governo, Centrão planeja escalar mulheres para o comando da Caixa e da Funasa

..... 56

Argentina altera câmbio para exportações e amplia impostos..... 58

Menos de uma semana para atualizar cadastro - SERVIDOR

GUSTAVO SILVA

Esta é a última semana para os servidores federais realizarem a validação ou atualização dos seus dados cadastrais. O prazo vai até a próxima segunda-feira. Os funcionários públicos devem acessar o SouGov.br, pelo aplicativo ou pelo site. A atualização cadastral, que é anual e obrigatória, começou no início do mês de junho.

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o objetivo da ação é aprimorar políticas públicas de gestão e melhorar a utilidade das informações que são prestadas à sociedade por meio de painéis, consultas públicas, portais da transparência ou imprensa.

A atualização de dados deve ser feita por **servidores públicos** civis efetivos, ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos em exercício em algum órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional, contratados temporários, empregados de empresas estatais dependentes e estagiários.

Segundo a pasta, o recadastramento vale também para aposentados da União e para quem se encontra cedido, afastado, licenciado ou fora do país. Pensionistas ainda não são obrigados a se recadastrar.

Neste ano, por conta da parceria firmada com o Ministério da Igualdade Racial, será preciso fazer a autodeclaração de cor/raça.

Correções nos contracheques já estão em site

Já constam no portal SouGov.br os valores corretos relativos ao Bônus de Eficiência nos contracheques de julho dos auditores fiscais da **Receita Federal** aposentados e pensionistas. A prévia do documento foi divulgada sem a inclusão da parcela. Depois, a rubrica foi adicionada com os valores errados. Feitas as correções, o contracheque de julho com as informações certas - e valores corretamente lançados - está disponível para consulta no SouGov.br.

Rioprevidênda concede isenção de imposto de renda

Despachos do Fundo Único de **Previdência Social** do

Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) concederam isenção de imposto de renda a alguns beneficiários do instituto. A medida considerou laudos médicos e pareceres da perícia médica estatal. A isenção pode levar de 30 a 60 dias depois do laudo médico, a ser agendado junto ao Rioprevidência. A isenção não dispensa o servidor de fazer a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Censo reacende preocupação com futuro da Previdência (Editorial)

A divulgação dos primeiros resultados do Censo de 2022 reavivou a preocupação com o futuro da **Previdência Social**. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contou 203,1 milhões de habitantes, bem menos do que os 214 milhões estimados anteriormente. Embora ainda não tenham sido divulgados os detalhes etários do Censo, a queda do ritmo de crescimento da população aponta para a redução dos nascimentos e o envelhecimento dos brasileiros. O aumento do número de idosos e a redução das pessoas em idade ativa põem em xeque o futuro da Previdência alimentada pela contribuição dos mais jovens, que formam uma reserva para o pagamento das aposentadorias. Essa conta é historicamente deficitária no Brasil e em boa parte do mundo e constitui fonte de eterna preocupação dos governantes e dos 37 milhões de aposentados do regime geral, sem contar os do funcionalismo público.

De tempos em tempos os governantes fazem reformas para reduzir o rombo, com maior ou menor sucesso e custo político elevado, como experimenta a França. A mais recente feita no Brasil foi concluída em 2019, após mais de cinco anos de negociação.

Especialistas avaliam que as mudanças vão deixar a **Previdência Social** sob relativo controle nesta e nas próximas uma a duas gestões, dependendo da demografia e da política para o salário mínimo. Mais de 60% dos benefícios do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) são vinculados ao mínimo.

A reforma entrou em vigor pouco antes do início da pandemia de covid-19, causando atrasos nas concessões das aposentadorias e represamento dos gastos. As solicitações represadas chegaram a 2,3 milhões. O governo teve que pagar um bônus para os técnicos agilizarem as análises dos pedidos. As filas diminuíram mas chegam atualmente a 1,8 milhão.

O mais recente Relatório de Projeções Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), publicado neste mês, informa que os gastos com a **Previdência Social** do regime geral seguem sendo a principal despesa primária, com 42,3% do total. Mas devem subir a 50% a partir de 2030. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), os gastos previdenciários do RGPS deverão ficar em 8% neste ano, chegando a 8,3% no ano de 2027 em consequência do pagamento

de passivo de precatórios, e recuando para 7,9% em 2032.

Segundo o relatório do Tesouro, a piora na dinâmica é explicada pelo arrefecimento dos efeitos da reforma da **Previdência Social** de 2019; pelo aumento real do salário mínimo e pela aceleração nas compensações financeiras entre sistemas de **previdência social**.

Segundo estudo dos economistas Rogério Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero, as alíquotas de contribuição são outro problema da **Previdência Social** (Valor 22/5).

Atualmente, as alíquotas de contribuição variam de 27,5% a 34%, sendo 20% do lado das empresas e indo de 7,5% a 14% da parte dos trabalhadores. No entanto, a alíquota média necessária para garantir o custeio do RGPS seria de 35%. O ponto é que aumentou a parcela da população que contribui com base em taxa subsidiada e o elevado nível de informalidade no mercado de trabalho. O estudo constatou também que, entre os anos de 2008 e 2019, a proporção de empregados no total de contribuintes da Previdência regime geral brasileira ficou praticamente estabilizada, passando de 78% para 77%. No entanto, aumentou a parcela que contribui com uma alíquota mais baixa do que a cobrada do trabalhador com carteira assinada. A proporção de ocupados em empresa do Simples Nacional passou de 23% para 26%. A participação no Plano Simplificado de **Previdência Social** (PSPS) entre os demais segurados passou de 1,8% em 2008 para 3,2% em 2019. Nesse caso, a alíquota corresponde a 11% do salário mínimo. No mesmo período, o Microempreendedor Individual (MEI), que era praticamente inexistente no ano de 2008, chegou a 7,8% do total de contribuintes em 2019 e sua alíquota de contribuição previdenciária, que era de 11% do salário mínimo em julho de 2009, foi reduzida para 5%.

Estudo do grupo Allianz também constatou que as regras de concessão de aposentadorias e pensões do Brasil não são adequadas para a tendência de envelhecimento da população e redução da natalidade, mesmo depois de a covid-19 ter reduzido a expectativa de vida. O relatório, que leva em conta 40 parâmetros que refletem as condições demográficas e fiscais para avaliar a sustentabilidade e adequação do sistema previdenciária, colocou o Brasil no 65o lugar

entre 75 países.

Alinhando esses argumentos, não são raros os especialistas que já preveem a necessidade de nova reforma da Previdência.

Não se trata de algo para o curto prazo, mas que pode se tornar necessário a depender de fatores como a evolução demográfica do país. Medidas que consigam reduzir a informalidade no mercado de trabalho são importantes para enfrentar o problema. Outro ponto fundamental seria o país entrar num ciclo de crescimento sustentado a taxas mais elevadas, o que depende essencialmente da melhora da produtividade. Com uma expansão mais forte do **PIB**, haveria uma maior geração de postos de trabalho, colaborando assim para o aumento das receitas do sistema de aposentadorias do país.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1)**

Aposentados do INSS vão receber R\$ 1,8 bilhão da Justiça Federal

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 1,8 bilhão para pagar os atrasados de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que venceram ação de concessão ou revisão do benefício contra o instituto.

O montante irá quitar as RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são dívidas judiciais de até 60 salários mínimos (hoje em R\$ 79,2 mil), em 84.091 processos com 109.403 beneficiários. Para receber, o segurado precisa ter ganhado a ação sem que haja possibilidade de recurso, e a ordem de pagamento do juiz deve ter sido emitida em junho.

O valor total liberado pelo CJF em julho chega a R\$ 2,1 bilhões, e inclui, além das dívidas previdenciárias, outras RPVs alimentícias, como diferenças salariais de servidores, por exemplo. Ao todo, serão pagos valores a 185,9 mil beneficiários que venceram 148,7 mil processos.

O dinheiro é liberado ao TRF (Tribunal Regional Federal) responsável pelo processo na região onde o segurado acionou a Justiça contra o **INSS**. Para saber se vai receber, o aposentado deve fazer a consulta no site do TRF de sua região.

Também é possível acionar o advogado da causa, que irá fazer a conferência para saber se os valores serão liberados neste lote. Segundo o tribunal, os valores já foram repassados e o processamento das informações começou. O procedimento deve ser finalizado no início da próxima semana, com a abertura das contas, atualização do sistema e comunicação aos juízes.

Na consulta, o aposentado deve informar seu CPF ou o número da OAB de seu advogado. O segurado consegue ver o valor que será depositado pela Justiça. Basta ir em um campo onde se lê "Valor inscrito na proposta". Esse montante, no entanto, poderá ter correções conforme a data do pagamento.

O dinheiro cai na conta conforme a liberação do TRF, após uma etapa chamada de processamento, onde há a abertura de contas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal em nome do aposentado ou de seu advogado.

Para saber se vai receber neste lote, é preciso observar o mês que aparece no campo "Data

protocolo TRF". Recebem em julho os segurados que tiveram o atrasado liberado pelo juiz em algum dia do mês de junho. Após o pagamento, aparecerá a informação "pago total ao juízo".

Ao fazer a consulta do seu atrasado no site do tribunal de sua região, é possível saber se irá receber por RPV, que é paga em até dois meses após a liberação dos valores pelo juiz, ou por precatório, liberado apenas uma vez por ano pelo CJF.

Para quem receberá um atrasado de até 60 salários mínimos, no campo "Procedimento" estará escrito "RPV". Já se o valor for maior, no mesmo campo estará escrito "PRC".

Justiça libera R\$ 1,8 bilhão em atrasados para segurados do INSS

Correio Braziliense

Aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que conseguiram a concessão ou revisão do benefício na Justiça receberão o equivalente a R\$ 1,8 bilhão em atrasados. A liberação foi feita pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e o montante deve quitar as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) referentes a aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença e BCP que estiverem em até 60 salários mínimos (hoje em R\$ 79,2 mil), em 84.091 processos com 109.403 beneficiários.

Para ser um beneficiário, o segurado precisa ter ganho a ação sem que haja possibilidade de recursos. A ordem de pagamento deve ter sido emitida pelo juiz até o mês de junho de 2023 e para saber se vai receber, é necessário que o aposentado consulte o site do Tribunal Regional Federal de sua região.

O dinheiro é liberado ao TRF responsável pelo processo na região onde o segurado acionou a Justiça contra o **INSS** e de acordo com o órgão, os valores já foram repassados e o processamento das informações já começou, com a expectativa de ter o processo finalizado até o início da próxima semana, com a abertura das contas, atualização do sistema e comunicação aos juízes.

Ao realizar a consulta, o aposentado deve informar o número do CPF ou o número da OAB do advogado responsável pelo processo. Para saber o valor depositado pela Justiça, é necessário entrar na aba Valor inscrito na proposta. O montante poderá ter correções conforme a data do pagamento.

O Correio tentou contato com o **INSS** e com o Ministério da **Previdência Social** para pegar mais detalhes sobre os pagamentos e aguarda resposta. O texto será atualizado em caso de manifestação.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/07/5111390-justica-libera-rs-18-bilhoes-em-atrasados-para-segurados-do-inss.html>

Justiça libera R\$ 1,7 bilhão de atrasados a beneficiários do INSS

Economia

I Do R7

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou o pagamento de R\$ 1,7 bilhão em atrasados a beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que conseguiram a concessão ou revisão do benefício na Justiça.

O valor corresponde a ações previdenciárias e assistenciais - como revisão de aposentadorias, auxílios-doença e pensões, entre outros benefícios - de 84.091 processos, com 109.403 beneficiários.

Os pagamentos são referentes às RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de junho deste ano. As RPVs são valores atrasados de até 60 salários mínimos - R\$ 78.120,00 -, pagos em ações propostas no Juizado Especial Federal.

O valor foi repassado aos TRFs (Tribunais Regionais Federais), num total de R\$ 2,1 bilhões, para quitar ações de 148.677 processos, com 185.904 beneficiários. Desse valor, R\$ 1.721.995.487,27 são para os segurados da Previdência.

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O Conselho esclarece que cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados. Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, a informação pode ser obtida por meio da consulta de RPVs disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável.

A consulta deve ser feita com o advogado responsável pela ação ou no site do tribunal federal, que mostrará a data em que a ordem de pagamento foi emitida pela Justiça.

TRF da 1ª Região (Sede no DF, com jurisdição no DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

Geral: R\$ 903.676.348,12

Previdenciárias/assistenciais: R\$ 734.979.908,50
(37.781 processos, com 44.138 beneficiários)

TRF da 2ª Região (sede no RJ, com jurisdição no RJ e ES)

Geral: R\$ 180.292.001,68

Previdenciárias/assistenciais: R\$ 153.142.895,31
(6.780 processos, com 9.119 beneficiários)

TRF da 3ª Região (sede em SP, com jurisdição em SP e MS)

Geral: R\$ 324.577.815,50

Previdenciárias/assistenciais: R\$ 253.385.814,70
(8.599 processos, com 10.929 beneficiários)

TRF da 4ª Região (sede no RS, com jurisdição no RS, PR e SC)

Geral: R\$ 393.986.497,26

Previdenciárias/assistenciais: R\$ 334.090.731,40
(17.164 processos, com 22.297 beneficiários)

TRF da 5ª Região (sede em PE, com jurisdição em PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Geral: R\$ 300.188.756,97

Previdenciárias/assistenciais: R\$ 246.396.137,36
(13.767 processos, com 22.920 beneficiários)

Site: <http://noticias.r7.com/economia/justica-libera-r-17-bilhao-de-atrasados-a-beneficiarios-do-inss-24072023>

Contribuição após aposentadoria - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

A advogada Débora Knust explica que o aposentado pode continuar contribuindo para o **INSS**, mas essa contribuição não será convertida em benefícios, visto que não pode ser utilizada para revisar o valor da aposentadoria, bem como não é possível pedir o benefício por incapacidade temporária (auxílio doença), em caso de doença, pois aposentadoria e benefício por incapacidade não podem ser acumulados.

Também é inexistente a possibilidade de reaver os valores pagos a título de contribuição previdenciária, pois permanecer exercendo atividade laborativa é um benefício que a legislação concede, mas que deve ser dentro das conformidades legislativas como de qualquer outro trabalhador formal ou autônomo.

O Supremo Tribunal Federal já julgou a impossibilidade de aposentados pedirem a revisão do benefício da aposentadoria quando voltarem a trabalhar, porque não há previsão em lei, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail juridico@reclamaradianta.com.br ou pelo WhatsApp (21) 993289328.

Casos resolvidos pela equipe do Reclamar Adianta (WhatsApp: 21 -99328-9328 - somente para mensagens): Tatiana Dias (**INSS**), Grace Kelly (Águas do Rio), Glória Maia Paixão (Claro).

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/11365/25-07-2023.html>

Por idade pode! (Editorial)

O **INSS** possui alguns benefícios pagos em decorrência do critério etário, como a aposentadoria por idade ao segurado urbano, aposentadoria para o segurado especial e o pagamento do benefício assistencial ao idoso, que não se configura uma espécie de aposentadoria.

previdenciário da OAB/SE a mais de 6 anos. email: contato@veronicaandrade.adv.br Instagram @veronicaandradeadvocacia

Assim, os trabalhadores urbanos segurados do **INSS** que possuam a partir de 65 anos, para homens e 62 para mulheres podem requerer o recebimento da aposentadoria por idade, ao se comprovar 15 anos de contribuições vertidas em favor do **INSS**.

As contribuições não precisam ter sido feitas em um único vínculo laboral, é possível a união de vários vínculos laborativos ou mesmo a soma de vínculos com carteira assinada e pagamentos de carnê de **INSS** para que se verifique se foi atingida a quantidade mínima de tempo de contribuição.

Para quem não é segurado da **previdência social** é possível o requerimento do benefício assistencial ao idoso, para pessoas a partir de 65 anos (homens e mulheres) e renda familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo por pessoa do grupo familiar, independente do recebimento do bolsa família.

A desvantagem no recebimento do benefício assistencial é que o mesmo não gera o recebimento de 13°. Salário, uma vez que não é um tipo de aposentadoria, e também não gera o pagamento de pensão por morte aos dependentes do falecido que recebia o benefício assistencial, no caso viúvos, filhos e netos.

E por fim, para os segurados especiais, trabalhadores rurais, pescadores artesanais e artesãos que tenham como comprovar o mínimo de 15 anos de atividade laboral, é possível o recebimento de aposentadoria com 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, sendo necessária a comprovação da condição de segurado especial, com documentos públicos oficiais contemporâneos ao período de atividade laboral declarada.

Ainda cabe analisar que pessoas que contribuíram para outros sistemas de previdência possuem outras regras.

* Verônica Andrade, advogada especializada em direito Previdenciário e da **seguridade social** com mais de 15 anos de prática, com escritório sediado na capital sergipana e membro da comissão de direito

INSS pagará bônus para reduzir filas

FABRÍCIO QUEIROZ

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passou a implementar o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS), ação semelhante a outra, realizada em 2019. A medida entrou em vigor na semana passada com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 1.181, que estabelece o pagamento de um bônus de produtividade para os servidores que trabalharem além da jornada de trabalho e ajudarem o órgão a diminuir a fila de análise dos benefícios e de realização de perícias médicas.

De acordo com a MP, os servidores administrativos receberão bônus de R\$ 68 por tarefa; e os médicos peritos R\$ 75 por perícia, privilegiando os processos com mais de 45 dias de tramitação ou com prazo final expirado. Segundo o **INSS**, até junho, havia 1,8 milhão de requerimentos pendentes de análise, sendo que 64% superavam o prazo de 45 dias.

A expectativa é a de que a estratégia reduza o tempo de espera e as queixas frequentes de segurados, como a dona de casa Nazaré Serrão, que esteve na manhã desta segunda-feira (24), na agência do **INSS** no bairro de São Brás para dar entrada no pedido de pensão. Ela relata ter enfrentado um histórico de dificuldades junto com o marido.

"O atendimento mais difícil é de perícia. Eu já tentei há alguns anos para o meu marido. Tínhamos uma data agendada, mas chegou no dia e remarcaram.

Na segunda vez o médico não apareceu. Só conseguimos na terceira tentativa e isso demorou mais de dois meses", conta ela, que desaprova o direcionamento dos atendimentos para o aplicativo "Meu **INSS**".

"O aplicativo nem todo mundo sabe mexer. Às vezes, a gente paga para alguém fazer em cyber e não dá certo também. Quando a gente vem aqui, o que eles dão é uma explicação e mandam fazer tudo pelo aplicativo", reclama Nazaré.

Porém, na avaliação do Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Previdência, Saúde, Trabalho e Assistência Social no Estado do Pará (Sintprevs-PA), a MP não vai resolver as carências do órgão, que envolvem sobretudo a falta de recursos humanos. Dados da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) indicam que o **INSS** teria

um déficit funcional de cerca de 23 mil servidores.

"O problema do **INSS** é falta de servidor. Isso é mais um marketing e mais sacrifício para os trabalhadores.

O ideal seria fazer concurso público para que entrasse servidores para habilitar esses processos.

Quando nós tínhamos as agências funcionando era bem melhor. O que acontece é que há uma precarização dos equipamentos, internet ruim, além da falta de servidores", explica Ana Lúcia Ribeiro, integrante da diretoria colegiada do Sintprevs-PA.

A sindicalista denuncia ainda que o fechamento de agências é outro sinal de precarização e que o PEFPS irá contribuir para a piora das condições de trabalho e o adoecimento dos funcionários. "Os servidores vão ser obrigados a fazer essa jornada a mais e cumprir as metas porque todo mundo precisa de dinheiro, mas na verdade, essa medida é apenas um paliativo", acrescenta.

Em nota, o **INSS** afirmou, sobre a questão de pessoal, que "já existe um pedido do Ministério da **Previdência Social** (MPS) para que mais 250 aprovados sejam nomeados". O instituto afirma que "até o momento, foram nomeados 1.000 novos servidores", sem entrar em detalhes durante qual período.

"O **INSS** também enviou ao MPS pedido para que os demais aprovados sejam convocados. Contudo, a nomeação deste excedente depende de publicação de decreto da Presidência da República. O **INSS** está em estudos avançados para a realização de novo concurso, mas não tem previsão de data por enquanto", diz a nota.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-e896fe67e9d2397a9fe38930c0e9bb18.pdf

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 25/07/2023 - 08:31
Agência Brasil - Brasília

Por

meio salário mínimo.

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (25) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6. É a segunda parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos.

Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150 a famílias com crianças de até 6 anos. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 684,17. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,9 milhões de famílias em julho, com gasto de R\$ 14 bilhões.

Neste mês, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 341 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em julho. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,3 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Quase 2,2 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde o mês passado, essa regra permite que as famílias, cujos membros consigam emprego, melhorem a renda e recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 378,91. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, do total de famílias na regra de proteção, 1,46 milhão de famílias foram incluídas neste mês por causa da integração de dados do Bolsa Família com o CNIS.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de 3 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

Receita abre consulta para 3º lote de restituição do Imposto de Renda

A partir desta segunda-feira (24), o terceiro lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2023 estará disponível para consulta.

Ele contempla também restituições residuais de exercícios anteriores.

O crédito bancário para 5.632.036 contribuintes será realizado no dia 31 de julho, no valor total de R\$ 7,5 bilhões, sendo que R\$ 5.585.384.236,58 se referem ao quantitativo de contribuintes que têm prioridade.

São 16.536 contribuintes idosos acima de 80 anos; 95.047 entre 60 e 79 anos; 9.740 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 30.700 cuja maior fonte de renda seja o magistério; e, por fim, 3.879.049 contribuintes sem prioridade legal, mas, por terem utilizado a Declaração Pré-preenchida ou optado por receber a restituição via PIX, receberam a prioridade.

Foram contemplados ainda 1.600.964 contribuintes não prioritários que entregaram a declaração até o dia 23 de março deste ano.

Como consultar A consulta poderá ser feita na página da **Receita Federal** na internet. Basta o contribuinte clicar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, no botão Consultar a Restituição. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da **Receita Federal** para tablets e smartphones.

O pagamento será feito no dia 31 de julho, na conta ou na chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Resgate Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração - como no caso de conta desativada - os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de

Relacionamento do banco, nos telefones 4004- 0001 (capitais), 0800-729- 0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessando o menu Declarações e Demonstrativos, clicar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, no campo Solicitar restituição não resgatada na rede bancária.

Site:

<https://agazetadoamapa.com.br/arquivos/assinaturas/908/Jornal-A-Gazeta-AP-25.07-2023.pdf>

Isenção de até US\$ 50 para importados gera perda de R\$ 35 bi, estima Receita

Brasília A isenção do Imposto de Importação para produtos de até US\$ 50 vai gerar uma perda de arrecadação de cerca de R\$ 35 bilhões até 2027, segundo estimativa da **Receita Federal**.

A projeção, que foi divulgada pelo Valor e confirmada pela Folha, consta em nota técnica do Cetad (Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros) do fisco.

De acordo com o documento, a análise considera que cerca de 80% do volume total de remessas postais e expressas, feitas por pessoas jurídicas, passará a ser realizado em linha com o programa de conformidade, dentro do limite de US\$ 50 e atendendo aos critérios para a aplicação de alíquota zero.

"Considerando como referência a legislação atualmente em vigor, podemos apontar que as alterações ora analisadas implicam uma perda de potencial de arrecadação correspondente ao volume de operações sujeitas à alíquota zero proposta."

Conforme os cálculos da área técnica da Receita, a medida teria um custo estimado de R\$2,9 bilhões em 2023. A perda de arrecadação potencial para este ano foi calculada com base no intervalo de julho a dezembro, mas o programa Remessa Conforme será efetivamente iniciado em 1º de agosto.

Portaria da Fazenda estabeleceu que não haverá cobrança do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50, ou equivalente em outra moeda, destinadas a pessoas físicas, desde que a empresa de comércio eletrônico, nacional ou estrangeira, faça parte do programa Remessa Conforme.

Nesses casos, haverá isenção mesmo que a remessa de até US\$ 50 tenha sido enviada de uma pessoa jurídica para uma pessoa física. De acordo com as novas regras, a empresa -para ser beneficiada- precisa também recolher **impostos** estaduais incidentes sobre a importação. Nathalia Garcia

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50348&anchor=6480703&maxTouch=0&_ga=2.255054796.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8b551910f3ea699a566f0ca968533d71

Fisco estima perda de R\$ 35 bi com isenção a site estrangeiro

AMANDA PUPO BRASÍLIA

A decisão do governo Lula de zerar a alíquota de imposto de importação de produtos de até US\$ 50 comercializados em sites internacionais, como os asiáticos Shein, Shopee e Aliexpress, pode gerar uma perda de arrecadação para os cofres públicos de cerca de R\$ 35 bilhões até 2027.

A estimativa é de nota técnica da **Receita Federal**, que considerou os anos cheios de 2024 a 2027, além dos meses de julho a dezembro deste ano. A isenção começa a valer em 1.º de agosto, mas à época do estudo a Receita tomou como base uma minuta da portaria que indicava o início do programa um mês antes.

As compras de até US\$ 50 ficarão isentas desde que as empresas façam adesão ao programa de conformidade da Receita. A decisão gerou forte reação da indústria e do varejo nacionais, que enxergam na tributação zero uma concorrência desleal do comércio internacional que ameaça empregos e a rentabilidade das companhias nacionais.

Na semana passada, os presidentes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) estiveram reunidos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar do assunto. Na ocasião, apresentaram a ele estudos próprios sobre perda de arrecadação e o temor de "ondas" de demissão.

A estimativa feita pela Receita considerou que aproximadamente 80% do volume total de remessas feitas por empresas passariam a cumprir o programa de conformidade da Fazenda.

Outro apontamento feito pelo Fisco é de que os números não podem ser interpretados como perda de arrecadação efetiva, já que consideram apenas um potencial de entrada de recursos.

Nesse sentido, o impacto foi calculado ano a ano. Para esse ano (de julho a dezembro), a redução potencial de arrecadação seria de R\$ 2,874 bilhões.

O número cresceria para R\$ 6,512 bilhões em 2024, ficaria em R\$ 7,416 bilhões em 2025, atingiria R\$ 8,470 bilhões em 2026 e R\$ 9,661 bilhões em 2027. A

estimativa é feita em cima da alíquota atual em vigor, que é de 60% do imposto de importação no Regime de Tributação Simplificado.

DIFERENÇA. Em estudo entregue a Haddad, o IDV calculou uma perda potencial diferente.

Segundo a entidade, as remessas internacionais de pequeno valor (inferiores a US\$ 50) somaram de janeiro a maio deste ano R\$ 20,8 bilhões.

Com isso, estimou-se uma perda de arrecadação federal da ordem de R\$ 12,5 bilhões no período.

Após a reunião do IDV e da CNI na Fazenda, o secretário executivo da pasta, Dario Durigan, afirmou que os estudos das entidades seriam analisados pelas equipes técnicas do ministério.

Ao ser questionado se, diante dos dados, o ministério tomaria medidas além das que já estão em elaboração, Durigan afirmou que o plano de conformidade da **Receita Federal** no e-commerce internacional estaria apenas "começando".

Impostos

US\$ 50 é o valor máximo que não é tributado para compras em sites estrangeiros

R\$ 9,6 bi é a perda estimada de arrecadação somente em 2027

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Depreciação acelerada pode ter recursos de até R\$ 15 bi, afirma Haddad

Os recursos direcionados no Orçamento de 2024 para o mecanismo de depreciação acelerada podem chegar a R\$ 15 bilhões, afirmou nesta segunda-feira, 24, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele participou de reunião sobre o tema com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, no Palácio do Planalto.

Depreciação acelerada é uma espécie de incentivo fiscal que permite a empresas deduzir da tributação, mais rapidamente do que em outras modalidades, investimentos realizados em máquinas e equipamentos.

"Há muitos anos a indústria reivindica que a depreciação de máquinas e equipamentos seja feita em uma velocidade maior", afirmou Haddad. Ele disse que o tema também "é caro" ao governo federal, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Alckmin.

"Isso dá uma vantagem grande para o industrial que está disposto a investir no seu negócio em busca de melhora da produtividade, que não vem aumentando no Brasil há muitos anos." Segundo Haddad, o montante a ser destinado para o mecanismo no Orçamento de 2024 pode "variar muito", em função de fatores como negociação com o Congresso, setores incluídos e "encurtamento do prazo" de depreciação.

"O pacote geral pode chegar a R\$ 15 bilhões, mas pode sair de R\$ 3 bilhões, de R\$ 5 bilhões, de R\$ 9 bilhões", disse. De acordo com uma fonte da Fazenda, "do ponto de vista da arrecadação total ao longo do tempo", a depreciação acelerada e outros tipos de depreciação têm o mesmo impacto fiscal.

Números da **Receita Federal** mostram que, entre janeiro e maio deste ano, a depreciação acelerada de bens de capital realizada pelas empresas alcançou R\$ 937 milhões, o que significa R\$ 43 milhões a mais do que no mesmo período de 2022.

Em abril, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, já tinha dito que Haddad tinha se comprometido com a defesa do mecanismo de depreciação acelerada. O tema voltou a ser debatido entre Haddad e Alckmin em junho, no lançamento do programa de descontos ao setor automotivo, segundo relato feito pelo vice-presidente. No ano passado, o então ministro da

Economia, Paulo Guedes, defendeu a depreciação imediata, antes de qualquer tributação, de investimentos realizados pelos setores "mais avançados" tecnologicamente em máquinas e equipamentos.

Após a reunião de ontem, Alckmin também destacou a importância "da renovação de máquinas e equipamentos" e da "modernização e melhora da produtividade da indústria brasileira". Ele chamou atenção para um "conjunto de medidas" já adotadas ou em planejamento "para ajudar na recuperação da indústria". Entre elas, está a autorização para que o BNDES conceda empréstimos "para financiamento de inovação, pesquisa, desenvolvimento e digitalização" usando a Taxa Referencial (TR) como balizadora. A entrada em vigor da medida ainda depende de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Haddad disse que ele e Alckmin não trataram de incentivos à linha branca de eletrodomésticos, sugerida por Lula na primeira quinzena.

"Há anos indústria reivindica que a depreciação de máquinas e equipamentos seja feita em uma velocidade maior" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1>

PIS/Cofins de receitas financeiras pode gerar valores menores que o esperado

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília

O valor que deve entrar no caixa da União em decorrência da vitória no julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tributação de receitas financeiras pode ser mais parecido com a projeção feita pelos próprios bancos do que a estimativa da **Receita Federal**, segundo o Valor apurou. A diferença é grande. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) consta impacto de R\$ 115 bilhões e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) calculava R\$ 12 bilhões.

De acordo com a fonte ouvida pelo Valor, agora a Fazenda Nacional pode executar os valores em seguro garantia, mas a soma não deve chegar aos R\$ 115 bilhões.

"Tem ações judiciais em que a Fazenda deixa de perder e outras em que entra dinheiro no caixa. A da receita financeira vai entrar, mas menos [do que o esperado]", afirmou.

Isso acontece porque alguns bancos, apesar de discutirem a tese no Judiciário, acabaram pagando a tributação ou desistindo da discussão.

O valor indicado na LDO é uma estimativa feita considerando a receita dos bancos e a fatia de receita financeira que pode ter deixado de ser tributada por PIS e Cofins entre 2010 e 2014 - ano em que foi publicada a Lei nº 12.973, prevendo a tributação de PIS e Cofins sobre todas as receitas de atividade empresarial. A partir daquele ano, as instituições financeiras passaram a recolher os **tributos** também sobre as receitas financeiras.

A própria Fazenda já reconhecia que o número não considera bancos que aderiram, por exemplo, a um parcelamento especial do tipo "Refis", que foi aberto quando essa tese começou a ser discutida, oferecendo descontos a quem aderisse ao programa. A apuração da Febraban tomou por base as demonstrações financeiras, de dezembro de 2022, dos bancos Bank Of America, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Daycoval, GMAC, Itaú-Unibanco, Mercantil do Brasil e Santander.

Em conjunto, eles apresentam a soma de R\$ 12 bilhões.

De acordo com a Febraban, dos 15 maiores bancos públicos e privados, Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Econômica Federal, Citibank, Safra e Votorantim não possuem essa contingência. São bancos que ou aderiram ao Refis, ou não têm ações judiciais sobre o tema em andamento.

Quando o julgamento foi iniciado, em 2022, o relator dos processos, ministro Ricardo Lewandowski, deu razão à tese das instituições financeiras. Elas defendem que têm direito a recolher as contribuições sobre uma base menor do que a pretendida pela União, até a Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Porém, prevaleceu o voto vista do ministro Dias Toffoli, acompanhado pela maioria na Corte. A tese afirma que: "As receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS/Cofins cobrado em face daquelas ante a Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611>

Receita Federal apreende 500 gramas de "supermaconha" em unidade dos Correios em Belém

A **Receita Federal** apreendeu 500 gramas de skunk, conhecida como a supermaconha, em encomendas num centro de distribuição dos correios em Belém.

A apreensão foi confirmada no último sábado (22).

Segundo o órgão, a droga foi despachada de cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e tinha como destino o interior do estado do Pará, mas foi rastreada pelo cão farejador "Isa", da equipe "K9".

A Receita informou que o skunk apreendido foi entregue para a Polícia Federal, corporação competente para repressão dos crimes de tráfico de drogas.

Além disso, o órgão pontuou que investigações continuam para identificar os remetentes e destinatários pelo material ilícito.

Site:

<https://agazetadoamapa.com.br/arquivos/assinaturas/908/Jornal-A-Gazeta-AP-25.07-2023.pdf>

Receita Federal acha drogas em pacotes de figurinhas

A **Receita Federal** apreendeu ontem haxixe em duas encomendas postais no Aeroporto do Galeão. A segunda remessa da droga chamou a atenção dos funcionários. Estava escondida em embalagens de figurinhas. O entorpecente foi achado após inspeção de rotina com o aparelho de raios-X.

A primeira remessa continha 243 gramas da droga dentro de um diploma de graduação e vinha dos Estados Unidos com destino a Florianópolis (SC). Já na segunda remessa foram encontrados 175 gramas. O entorpecente também vinha dos Estados Unidos, mas com destino a Arraial D'Ajuda (BA). Os funcionários estimam que as cargas, juntas, valem cerca de R\$ 50 mil.

MACONHA LÍQUIDA

Enquanto isso, na última quinta-feira, a **Receita Federal** apreendeu 64 g de maconha líquida em piteiras para cigarro eletrônico em uma encomenda postal também no Aeroporto do Galeão. A droga vinha dos Estados Unidos com destino a Duque de Caxias.

A Receita não informou se identificou quem seriam os destinatários das remessas de entorpecentes que vieram dos Estados Unidos.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Veja lista com 2.480 vagas em concursos públicos que serão abertos em 2023 (mercado de trabalho)

Cristiane Gercina

O governo federal autorizou a abertura de 2.480 novas vagas em concursos públicos em 2023. O anúncio, feito pela ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos na terça-feira (18), inclui a reestruturação de cargos e investimentos de R\$ 1,15 bilhão para contratar funcionários em 20 órgãos.

As chances oferecidas são para profissionais com nível médio, técnico ou superior. Os salários vão de R\$ 3.727,83, para nível médio, a R\$ 20.924,80, para ensino superior. Cargos de nível técnico têm salário de R\$ 5.488,70.

Os concursos devem ser abertos ainda neste ano e pode incluir mais 10 mil vagas que estão em estudo. As autorizações já foram publicadas no Diário Oficial da União e as portarias têm prazo de seis meses. Caso contrário, perdem a validade.

O órgão com o maior número de postos autorizados é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com 895 postos. Do total, 300 são para nível intermediário (ensino médio) e 300 vagas para nível técnico. O instituto encerrou seleção temporária com 7.500 vagas no domingo (23) e, agora, quer contratar servidores para postos fixos.

Os concursos são abertos por cada órgão após definição das regras e escolha da banca organizadora, que irá elaborar e publicar o edital de contratação, e realizar toda a seleção, incluindo as provas.

Após a seleção, a nomeação e a contratação dos funcionários para os cargos efetivos deve ser autorizada pelo Ministério da Gestão. Esta etapa é a final, e só ocorre com a homologação do resultado final do concurso. Depois disso, os servidores podem tomar posse. Há, no entanto, estágio probatório de três anos.

"Somente a partir do ato formal de autorização do provimento é que o órgão poderá nomear/contratar os candidatos aprovados no concurso público. Essa data varia de acordo com o cronograma estabelecido por cada órgão ou entidade, no edital do concurso. Além

disso, as nomeações estão condicionadas à existência das vagas na data da nomeação e à disponibilidade orçamentária", diz nota da Gestão.

Segundo especialistas, os candidatos devem estar atentos à publicação dos editais. Esse acompanhamento pode ser feito no site dos órgãos que irão fazer a contratação, no Diário Oficial da União e em jornais e revistas.

O edital deve ser lido com atenção e o interessado não pode perder a data de inscrição. Em geral, as seleções trazem vagas destinadas a negros e candidatos com deficiência. O valor da taxa de participação não foi divulgado. No IBGE, o concurso temporário teve taxa de R\$ 42,20. No concurso da Receita, em 2022, esse valor foi de R\$ 115 e R\$ 210, conforme o cargo. No do **INSS**, ficou em R\$ 85.

Antes da publicação, é possível o profissional tentar se adiantar aos estudos. A dica é pegar provas de concursos realizados anteriormente para o cargo de interesse do cidadão, por meio dos sites das bancas organizadoras.

Além disso, os especialistas indicam aos candidatos fazerem resumos do conteúdo que será cobrado e treinar realizando provas de concursos anteriores para conseguir ter controle do tempo de resolução das questões, especialmente as objetivas. Neste caso, nenhuma delas terá peso maior que a outra.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/veja-lista-com-2480-vagas-em-concursos-publicos-que-serao-abertos-em-2023.shtml>

Governo prepara abertura de mais 10 mil vagas de concurso

Alexa Salomão

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, quer reforçar a rodada de concursos públicos em 2023. Já foram feitos três anúncios, que somaram a abertura de 8.200 vagas. A ministra quer abrir até mais 10 mil vagas e tenta antecipar parte do cronograma de 2024 para este ano.

"Se o concurso for no ano que vem, a pessoa poderá entrar só lá em 2025, faltando apenas dois anos para o fim desta gestão. Não está certo ainda, porque não sentei com a Simone Tebet [Planejamento], mas tento antecipar uma parte", afirma Dweck.

O governo já prevê o desembolso de R\$ 1,5 bilhão anualmente para as vagas anunciadas. O valor a ser desembolsado com as vagas futuras não foi estimado, pois dependerá das carreiras escolhidas e de uma análise final do impacto da digitalização sobre a demanda de pessoal.

Como ficou claro no anúncio em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está pessoalmente preocupado com a reposição, em particular nas áreas sociais. Lula ligou para Dweck quando ela estava na entrevista coletiva em que anunciava 4.436 novas vagas para saber por que as áreas de políticas sociais e meio ambiente não estavam incluídas.

"Ele sente a falta quando pede as coisas e dizem para ele que não conseguem fazer porque falta gente. É por isso que ele fala que os ministérios estão vazios", diz ela.

O Ministério da Gestão quer a mudança dos concursos, mas ainda não decidiu se vai apoiar integralmente o PL (projeto de lei) que trata do tema em tramitação no Congresso.

O mesmo vale para o PL das Cotas. O ministério já tem as suas propostas e avalia como levá-las aos parlamentares. De certo é que as cotas serão aplicadas nos concursos. Esse e outros temas estão no manual dos concursos, que será lançado nesta semana.

"Agora, que vai ter uma nova leva grande de concursos, a gente quer que a lei de cotas seja aplicada corretamente." *

Vocês já abriram concurso para mais de 8.000 vagas. Quantas mais já estão no radar? A gente espera pelo menos dobrar esse número, abrindo de 8.000 a 10.000 vagas a mais, exceto universidades e institutos federais e militares, que têm uma lógica diferente.

Estou tentando acelerar, conversando com o Ministério do Planejamento para tentar antecipar um recurso que seria do ano que vem para este ano e liberar mais concursos neste ano para dar tempo de as pessoas entrarem no nosso mandato.

Se o concurso for no ano que vem, a pessoa poderá entrar só lá em 2025, faltando apenas dois anos para o fim dessa gestão. Não está certo ainda, porque não sentei com a ministra Simone Tebet, mas tento antecipar uma parte dos recursos do ano que vem.

Vocês já têm uma conta atualizada do número de servidores que serão necessários para recompor integralmente o quadro e quanto isso custaria? Hoje, são 80 mil pessoas a menos do que havia em 2016. É uma perda superior a 10%. Sabemos que não vamos recompor exatamente o quantitativo que era antes. Mas não temos esse número perfeito porque não é tão fácil assim mensurar o efeito da transformação digital. Apropriada área de governo digital, que funciona, é muito pequena para demanda que recebe. As pessoas não estão aguentando a carga de trabalho. A gente está aumentando essa área.

A sra. conhece a máquina e sabe que tudo é uma questão de dinheiro. O Ministério da Fazenda tem metas a cumprir e ainda busca fazer receitas. Pode ocorrer restrição orçamentária para concursos? A gente não tem recurso para repor todos os 80 mil. Eu acho que vamos recompor um patamar razoável ao longo do mandato. Vai ser uma coisa em ondas. Uns anos mais, outros, menos. Não esperem mais 8.000 no ano que vem. Nem precisa.

O impacto do concurso deste ano vai ocorrer no ano que vem. E não acredito que vai faltar recurso ao longo do mandato para essa reposição.

O presidente Lula cobrou reposições. Ligou no meio de uma coletiva. Como o presidente sabe no detalhe a falta de pessoal? Contam para ele ou ele mesmo está sentindo o problema? É uma mistura das duas coisas.

As pessoas contam. Mas ele sente a falta quando pede as coisas e dizem para ele que não conseguem fazer porque falta gente. É por isso que ele fala que os ministérios estão vazios.

Ele também tem preocupação do tempo e costuma fazer a contagem regressiva quando a gente se reúne: faltam três anos, cinco meses e não sei quantos dias.

Como vocês encontraram a máquina pública? Tinha mesmo risco de apagão de pessoal, como alguns disseram? Em alguns casos, sim. Eu passei os três primeiros meses do ano só recebendo ministros reclamando da falta de estrutura.

Na recriação de ministérios, quando tivemos de dividir pessoas, foi muito difícil. Falta gente. Muitos ministérios não têm secretário-executivo-ad-junto. Às vezes, é o secretário, um diretor, e mais ninguém.

A questão é que ocorreram dois processos: a feita de concurso, que por si só reduz a entrada de novas pessoas, e a reforma da Previdência, em 2019, que fez muita gente acelerar a aposentadoria.

Mas também perdemos muitas pessoas para o mercado - caso da TI [tecnologia da informação]. Nessa área, o salário no setor público é baixo. Você forma a pessoa e, em três anos, quando ela já se tornou um especialista, vai para o mercado. Falta muita gente no suporte [de TI]. Agora mesmo, o pessoal da AGU [Advocacia-Geral da União] fez concurso para essa área de suporte e não conseguiu preencher todas as vagas. Ficaram assustados.

As alterações das políticas públicas também afetaram [as pessoas], especialmente nas áreas sociais. Os Direitos Humanos, por exemplo, foram voltados para outra área, totalmente diferente, e as pessoas especializadas fugiram de lá. No Meio Ambiente foi igual. As pessoas pensavam: se não é possível enfrentar, melhor não estar ali.

Mas não foi só falta de gente. Não tinha dinheiro. Muitas áreas ficaram sem orçamento.

No meu ministério, algumas áreas estavam mais estruturadas. É interessante. O Ministério da Economia era tão grande que algumas secretarias estavam funcionando por conta própria.

A falta de pessoal, então, não era para todo o mundo? Não. Algumas áreas estavam mais estruturadas. Na Gestão, por exemplo, as pessoas ficaram acostumadas a tocar as coisas sem falar nada. No começo, eu ficava sabendo das coisas de última hora. Ninguém falava nada antes. Eu até brinco: "Gente, agora aqui tem ministro". Imagine... Paulo Guedes

tinha debaixo dele umas 30 secretarias. Ele não dava conta de atender todo o mundo com a mesma atenção. Os secretários especiais cuidavam.

Muitas coisas foram mantidas pelos próprios **servidores públicos**. Agradeço a eles sempre que posso.

Na entrevista anterior à Folha, a sra. frisou que não vão adotar a reforma administrativa do governo anterior. Como avançou essa questão? Não será uma proposta única. Serão várias iniciativas diferentes - concursos, carreiras, formação, cotas. Mas não temos uma data definida para as mudanças.

Como está a discussão sobre a mudança nos concursos públicos? Estamos estudando como ampliar o número de cidades onde ocorrem os concursos para pulverizar o acesso. Hoje, estão muito concentrados nas capitais. Ainda estamos discutindo o PL (projeto de lei) dos concursos público. Já fizemos uma análise, mas não fechamos a nossa posição.

Nós formamos um grupo de trabalho, que discutiu com muitos especialistas de fora, e vai lançar nesta semana o manual dos concursos. Ele vai explicar o que é ser servidor público. Muitas pessoas entram no serviço público porque baseiam a estabilidade ou um salário melhor. Mas a gente quer atrair pessoas que entendam que vão fazer uma carreira, ter compromisso com a população, servir o cidadão.

Esse guia vai servir de base para os ministérios que vão ter concurso montar os seus editais.

Outra coisa que fizemos foi a análise da lei de cotas no setor público para concursos, tanto para pensar o novo PL mas também para melhorar a aplicação já neste concurso. Criamos um comitê para isso. Nesse manual vai ter como garantir a aplicação da lei de cotas.

Os balanços mostram que a lei de cotas não foi efetiva nos concursos... A lei é de 2014. Depois de 2016, quase não teve concurso. A Educação foi a área que mais fez concursos no período. No entanto, quando tem concurso, é uma vaga de professor para uma disciplina específica - e, quando é uma vaga, não se aplica a cota.

Agora, que vai ter uma nova leva grande de concursos, a gente quer que a lei de cotas seja aplicada corretamente.

Fizemos a análise também pensando no projeto de lei e uma outra análise de como aplicar nas universidades. Não é algo trivial. Cada universidade que quis aplicar melhor precisou pensar em uma

estratégia.

Esse trabalho foi feito com o Ministério da Igualdade Racial, pesquisadores e parlamentares que têm isso como pauta. Ainda vamos conversar no Congresso. Mas vamos encaminhar um projeto de lei e gostaríamos de aprovar até junho do ano que vem.

Não vão aproveitar o projeto de lei sobre o tema que está em tramitação? Estamos discutindo com o senador Paulo Paim [PT-RS]. A gente está tentando uma estratégia dupla, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Enviar um projeto de lei, para ter a iniciativa do Poder Executivo, e ele talvez aproveitar para fazer um substitutivo com base na nossa proposta. Mas estamos olhando o projeto que está lá e ainda avaliando a estratégia.

Estou tentando acelerar, conversando com o Ministério do Planejamento para tentar antecipar um recurso que seria do ano que vem para este ano e liberar mais concursos neste ano para dar tempo de as pessoas entrarem no nosso mandato

Ele [Lula] sente a falta quando pede as coisas e dizem para ele que não conseguem fazer porque falta gente. É por isso que ele fala que os ministérios estão vazios

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50348&anchor=6480703&maxTouch=0&_ga=2.255054796.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8b551910f3ea699a566f0ca968533d71

Cem magistrados receberam R\$ 38 mi em 6 meses

Os tribunais de Justiça de Rondônia e do Rio Grande do Sul foram os órgãos que pagaram as maiores remunerações a juízes e desembargadores no primeiro semestre deste ano.

Ao todo, dos cem rendimentos mais altos do Judiciário em 2023, 77 são de servidores das duas Cortes, todos acima do teto constitucional de aproximadamente R\$ 41 mil. O valor máximo tem como base os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Somadas, as cem maiores remunerações pagas a magistrados em 2023 chegam a quase R\$ 38 milhões.

Deste total, o órgão que mais tem integrantes na lista é o TJ de Rondônia, com 39 nomes. A Corte naquele estado desembolsou cerca de R\$ 15,5 milhões para fazer os pagamentos, que variam entre R\$ 478 mil e R\$ 360 mil.

A presença de Rondônia em um ranking do gênero não é um fato inédito. Em 2017, o órgão registrou o maior rendimento médio do país. Lá, a remuneração dos magistrados era de R\$ 68,8 mil, somando os salários e os benefícios ocasionais.

Em 2022, o Judiciário do estado pagou ainda mais de R\$ 1 milhão em extra a um grupo de oito juízes aposentados e herdeiros de magistrados do estado.

À época, os pagamentos eram referentes a benefícios de auxílio-moradia não recebidos entre 1987 a 1993. Para os pagamentos deste semestre, o órgão esclarece que os valores que superam o teto "se referem a direitos eventuais, pessoais ou indenizações, pagamentos amparados por lei".

A segunda Corte com mais servidores beneficiados pelas maiores remunerações é o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que desembolsou cerca de R\$ 12 milhões com repasses para 38 juízes. O pagamento mais alto foi feito no mês de abril, para um servidor que recebeu aproximadamente R\$ 662 mil.

Também aparecem no ranking dos cem maiores rendimentos do Judiciário membros dos tribunais de Justiça de Minas Gerais (5), Pará (4), Rio de Janeiro (2) e Tocantins (1). Há ainda servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do Tribunal Regional do

Trabalho da 15ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

A análise usou como base os dados de remuneração dos magistrados disponíveis no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que compila informações de 74 tribunais do país, o que equivale a 80% das Cortes brasileiras. O ranking foi elaborado a partir da remuneração líquida dos profissionais nos últimos seis meses.

LEIS DERRUBADAS Em 98 casos, os pagamentos aconteceram em apenas um mês do semestre e não são contínuos. Eles juntam o salário regular dos magistrados, com direitos como férias e 13º salário, além de pagamentos eventuais, que podem ser diárias, auxílio-moradia, licenças-prêmio convertidas em dinheiro e adicionais por tempo de serviço recebidos retroativamente.

Apenas um magistrado aparece duas vezes na lista das cem maiores remunerações, indicando que teve os altos ganhos em dois meses do ano.

O maior montante foi pago pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: em maio, um servidor recebeu cerca de R\$ 887 mil. O TJ afirmou, em nota, tratar-se da soma de "indenização de 240 dias de férias, com o respectivo terço constitucional, 210 dias de licença especial e 99 dias de plantão não usufruídos quando em atividade". Sem essas verbas indenizatórias, o magistrado teria recebido R\$ 35, mil, segundo a TJ-RJ.

Na última semana, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu cinco leis de Goiás que permitiam que os **servidores públicos** daquele estado recebessem rendimentos acima do teto do funcionalismo público. O pedido fora feito pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. A Advocacia-Geral da União (AGU) também havia defendido a derrubada das leis. A decisão de Mendonça, que ainda precisará ser validada pelo plenário do STF, impactou também a magistratura.

GANHOS EXTRAS As dez maiores remunerações do Judiciário brasileiro deste ano, somadas, chegam a quase R\$ 6 milhões.

Todos os magistrados no top 10 receberam no mínimo

R\$ 500 mil em pelo menos um mês de 2023.

Em tese, a Constituição Federal estabelece um limite máximo a ser pago por mês para **servidores públicos**.

A Reforma da Previdência de 1998 determinou que os vencimentos dos ministros do STF seriam a baliza para isso. No entanto, muitos juízes do país conseguem "furar" esse teto com ganhos extras desvinculados do limite máximo.

Procurados pela reportagem, os tribunais afirmam que as somas excedentes ao teto são legais por serem baseadas em resoluções do CNJ e decisões judiciais (muitas vezes tomadas pelas próprias Cortes). De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, alguns valores não se confundem com o subsídio da magistratura.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Lira espera promulgar reforma tributária ainda neste ano e diz que proposta é de Estado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que espera promulgar o texto da **reforma tributária** ainda este ano e deixar para o primeiro semestre de 2024 a votação das leis complementares que irão regular as alterações no sistema de tributação.

"Ainda esse ano espero que a gente tenha um texto comum para que o presidente Rodrigo Pacheco (do Senado) possa, junto conosco, promulgar a **reforma tributária** e partir para uma discussão, no primeiro semestre de 2024, das leis complementares" para regular o assunto, disse Lira, durante almoço do Lide Brazil ontem.

O deputado federal alagoano demonstrou desejo de que o Senado vote a **reforma tributária** no segundo semestre, para que a Câmara analise eventuais mudanças neste ano. Na visão dele, o fato de o texto aprovado na Casa ter trechos

da PEC 110, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), vai facilitar a tramitação no Senado.

Lira disse ser necessário reduzir a quantidade de setores com alíquota diferenciadas na reforma. "Quanto mais setores entrarem na alíquota diferenciada, mais a alíquota padrão vai ficar elevada para todo o resto. (...) Espero que o Senado faça um aprimoramento do texto da reforma (aprovado na Câmara", defendeu.

O presidente da Câmara voltou a elogiar a articulação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na aprovação do texto. "Haddad foi importante para dar subsídios que construíssem um acordo global." Para ele, a proposta vai livrar o Brasil do "manicômio tributário". Lira ainda destacou que a aprovação da reforma foi um "esforço de toda a sociedade e empresariado" e que a "reforma é uma proposta de Estado, do Brasil".

Site:

<https://www.bemparana.com.br/jornaldoestado/impresso>

Arthur Lira alerta para riscos

Ândrea Malcher Fernanda Strickland

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), elogiou o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nas articulações da **reforma tributária**.

Porém, apontou que há riscos nas estratégias do governo.

Segundo ele, a ideia do ministro de enviar a proposta de tributação de renda dos mais ricos ao Senado, enquanto a parte da reforma que trata do consumo ainda está em debate na Casa, representa um risco político muito grande.

"Acho politicamente um risco grande abrir vários flancos de discussão enquanto se discute reforma de tributação no Senado. Você vir com outro viés pode embolar o meio de campo", disse o presidente da Câmara.

Para Lira, é melhor esperar que a reforma dos **tributos** sobre o consumo seja aprovada para que se avance no aspecto de taxação de renda e patrimônio.

As afirmações foram feitas durante evento realizado, ontem, do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, com o objetivo de debater a **reforma tributária** e as perspectivas do Brasil. Mesmo com a crítica, Lira afirmou que Haddad teve o esforço de "sentarse à mesa da Câmara com todos os líderes partidários" para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa uma reformulação da carga de **impostos** no país.

"Eu queria fazer aqui uma vírgula, para enaltecer o trabalho, no que diz respeito especialmente ao poder Executivo, do ministro Haddad, que participou de todas as conversas e foi importantíssimo para dar o subsídio necessário para que, na parte federativa, a reforma tivesse caminhos para podermos construir um acordo global", disse Lira.

Em sua fala, o presidente da Câmara dos Deputados disse que há uma grande vontade dos parlamentares em destravar investimentos. "Em todos os temas econômicos, o ministro Haddad sempre esteve presente, esteve à disposição, sempre se sentou à mesa, o que não é comum para um ministro da Economia", afirmou o deputado. "Quem tem o 'sim' ou o 'não' do cofre não pode estar com a cara ao vento toda hora. Mas ele (Haddad) sempre se colocou muito

(à disposição). Os acordos foram feitos à luz do dia, com muita transparência e respeito à institucionalidade." No início de julho, a primeira etapa da **reforma tributária** foi aprovada na Câmara, e o próximo passo é passar pelo Senado Federal. Em seu discurso, Lira enalteceu o trabalho do relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), e do relator da matéria no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), chamando-os de experientes e competentes. Ele também disse que a aprovação da reforma não é vista como um projeto de governo ou com linha ideológica, mas sim, um projeto suprapartidário.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/25/all.pdf>

Taxar super-ricos põe Reforma Tributária em risco, afirma Lira

Fernanda Brigatti e Stéfanie Rigamonti

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta segunda-feira (24) considerar arriscado o governo Lula colocar em discussão a taxaçaõ de fundos exclusivos de investimento antes da conclusão final da **Reforma Tributária** no Senado.

Em São Paulo, durante almoço do grupo Lide, Lira afirmou que "uma coisa é concordar com o mérito, outra coisa é concordar com o timing", e lembrou que a Câmara já votou a taxaçaõ de lucros e dividendos e mexer no Imposto de Renda para pessoas jurídicas, texto atualmente no Senado.

"Não pude me expressar publicamente, nem conversar mais especificamente com o ministro [Fernando] Haddad [Economia], mas eu acho politicamente um risco grande você abrir vários flancos de discussão. Enquanto você está discutindo a **Reforma Tributária** no Senado, se você vem com esse outro viés agora, antes da finalização, você pode embolar esse meio de campo." Na semana passada, Haddad, disse que o governo vai encaminhar projeto de lei para tributar fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda. A proposta será enviada ao Congresso com o Orçamento de 2024, que precisa ser apresentado até 31 de agosto.

Lira disse que ainda não conversou com Haddad sobre o assunto, mas que, se perguntarem sua opinião, ele dirá para esperar terminar a **Reforma Tributária** antes. "O governo iniciar uma discussão sobre a renda, a taxaçaõ de offshore, de fundos, disso e daquilo outro no meio da **Reforma Tributária**, isso pode atrapalhar o ambiente. Vamos tratando de matar um leão por vez, não matar o mesmo leão todos os dias."

Em entrevista à Folha no dia 17, Haddad disse prever resistência à segunda fase da reforma, mas que os dados preparados pelo governo mostrarão a necessidade de mexer nas regras de tributação de patrimônio e renda.

Os fundos exclusivos de investimento são aqueles em que poucos cotistas mantêm valores expressivos em aplicações. Hoje, quem investe nesses fundos recolhe IR apenas no resgate dos recursos, o que pode levar anos.

Passada a aprovação da Câmara, a **Reforma Tributária** será discutida agora no Senado. Lira disse nesta segunda esperar que a proposta de emenda à Constituição seja promulgada ainda neste ano, para que as leis complementares sejam discutidas ainda no primeiro semestre de 2024.

O calendário proposto pelo presidente da Câmara é visto com ceticismo em Brasília por ser 2024 um ano eleitoral e durante o qual muitos parlamentares estarão com as atenções voltadas às suas bases. Em São Paulo, Lira defendeu que a discussão dessas leis fique concentrada no primeiro semestre porque o "segundo semestre será complicado" com as eleições.

A regulamentação é uma etapa espinhosa da conclusão da **Reforma Tributária**, pois será a partir dessas leis complementares que serão definidos os cálculos dos novos **tributos** e como os setores com tratamentos especiais serão tributados.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50348&anchor=6480703&maxTouch=0&_ga=2.255054796.599955002.1690007378-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8b551910f3ea699a566f0ca968533d71

Lira defende adiar debate para taxação dos "super-ricos"

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu nessa segunda-feira (24) que o debate sobre a taxação dos "superricos" seja feita somente depois da promulgação da **reforma tributária**.

A uma plateia de empresários, em São Paulo, Lira disse que misturar os dois temas neste momento pode atrapalhar o ambiente político e fazer com que o governo perca o foco.

Segundo Lira, a expectativa é promulgar a **reforma tributária** ainda neste ano. As leis complementares da reforma devem ficar para o primeiro semestre de 2024.

"O governo iniciar uma discussão sobre a renda, taxação e "offshores" de fundo disso, daquilo e daquilo outro no meio da **reforma tributária** isso pode atrapalhar o ambiente. Vamos tratando de matar um leão por vez", disse Lira, ao participar de um evento do Lide, na capital paulista. Segundo Lira, é "politicamente um risco" abrir diferentes "flancos de discussões".

Ao falar com jornalistas depois do evento, Lira voltou a dizer que o debate sobre taxação de grandes riquezas não deve ser feito agora.

"Uma coisa é concordar com o mérito, a outra é com o "timing", disse.

Segundo o parlamentar, se o governo "abrir demais" os debates pode "perder o foco".

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo deve apresentar uma proposta para taxar os fundos exclusivos de investimentos, conhecidos como os fundos dos "super-ricos". Para ter esse modelo de investimento, é preciso desembolsar no mínimo R\$ 10 milhões.

Atualmente, esses fundos só têm taxação quando um resgate é realizado. Com a proposta de Haddad, a cada seis meses deve ser feita uma cobrança, assim como é feito na maioria das carteiras aberta, em uma tributação conhecida popularmente como "come-cotas".

Haddad disse que o texto deve ser apresentado junto com a proposta orçamentária de 2024, que precisa ser enviada ao Congresso até 31 de agosto.

Nessa segunda, ao falar sobre o cronograma da **reforma tributária**, Lira afirmou que negocia com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a aprovação do texto pelas duas Casas até o fim do ano e reforçou que a legislação complementar deve ficar para o primeiro semestre de 2024. O cronograma, segundo Lira, é para evitar a contaminação dos trabalhos pelas eleições municipais no segundo semestre do próximo ano.

O texto da **reforma tributária** foi aprovado na Câmara e está em tramitação no Senado.

Lira elogiou a atuação do ministro da Fazenda por "participar de todas as conversas", e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Sobre Haddad, ressaltou a articulação feita pelo ministro antes mesmo de assumir o cargo, para aprovar a PEC da Transição. Na sequência, destacou a aproximação do ministro com o Congresso e disse que esse empenho "não é comum". Em relação a Tarcísio, disse que o governador teve "coragem de fazer a discussão" sobre a reforma. "Se não fosse isso, não teríamos a reforma de novo".

O presidente da Câmara disse ainda falta o país aprovar a reforma administrativa e afirmou que o texto já está pronto para ir a plenário. No entanto, não há cronograma para a votação.

Filiado ao PP, o deputado desconversou ao ser questionado sobre uma minirreforma ministerial a ser feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para contemplar seu partido e o Republicanos. "Não é um assunto para agora", disse.

"Esse assunto está sendo, de certa forma, atropelado. Não ajuda a governabilidade.

O governo tem que ajudar a se facilitar." Lira disse que não deve se reunir com Lula nos próximos dias para tratar das trocas ministeriais.

O parlamentar viajou para Alagoas e deve ficar no Estado até o fim desta semana.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611?page=1§ion=1>

Lira defende adiar taxaço de fundos exclusivos

GUILHERME CAETANO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu ontem adiar a discussão sobre a taxaço dos fundos exclusivos para depois da promulgação da **Reforma Tributária** pelo Congresso, o que deve acontecer até dezembro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve enviar a proposta de tributação dos chamados fundos exclusivos ao Congresso no segundo semestre, junto com a peça orçamentária. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 (PLOA-2024) deve ser enviado até 31 de agosto à Comissão Mista Orçamentária (CMO) do Congresso.

Lira afirmou não ter conversado com Haddad sobre o tema, mas avaliou que debater a tributação dos fundos exclusivos pode tumultuar a votação da **Reforma Tributária**.

-Politicamente, acho um risco grande você abrir vários flancos de discussão. Enquanto você está discutindo a **Reforma Tributária** no Senado, se você vem com esse outro viés agora, antes da finalização da reforma, você pode embolar esse meio de campo -disse Lira em evento do Lide, em São Paulo.

Os fundos exclusivos são voltados para a alta renda. Um grupo limitado de cotistas mantém elevadas aplicações, só pagando Imposto de Renda ao resgatar os recursos.

Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), esperam encerrar a votação da **Reforma Tributária** nas duas Casas até o fim do ano. O plano é discutir a regulamentação do texto no primeiro semestre de 2024, já que o Congresso deve ficar paralisado no segundo semestre, com as eleições municipais.

Por outro lado, Lira defende discutir um projeto de reforma da administração federal.

O texto mencionado por Lira, segundo ele, está "pronto para ir a plenário", ainda que não tenha data ou cronograma.

Por se tratar de proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto teria de ser votado em dois turnos,

nas duas Casas, com o mínimo de três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49) para ser aprovado.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Não será fácil a batalha de Haddad para taxar os super-ricos brasileiros - BRASIL NA PAUTA

JOSÉ OSMANDO DE ARAÚJO, JORNALISTA

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está prevendo que as pressões sobre o congresso e o governo crescerão a partir deste próximo semestre, com a volta dos parlamentares de seu recesso, em 1º de agosto. O lob-by em cima de deputados e senadores deve avolumar-se e revestir-se de bastante força, pois Câmara e Senado votarão diversas medidas sensíveis na esteira da reforma tributária que está em curso, sobretudo aquelas que dizem respeito à taxação de grandes fortunas.

O governo quer enviar à Câmara até 31 de agosto, como parte da segunda fase da reforma tributária, a proposta para taxar fundos exclusivos de investimentos. O próprio ministro Haddad garante que esse conjunto de medidas, junto ao Orçamento da União, não passa pelo imposto de renda de pessoa física, portanto não trazendo qualquer encargo para os cidadãos em geral.

Esses fundos exclusivos de investimentos, que reúnem 2,5 milhões de investidores, concentram patrimônio de R\$ 758,8 bilhões, que estão até hoje fora de tributação, e sobre os quais o governo espera arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões, ao ano, ou 8,54% das necessidades de meta do poder central, estimada em R\$ 117 bilhões.

NO BRASIL, POBRE ATUALMENTE PAGA MAIS IMPOSTOS

Sabendo-se que no Brasil os pobres pagam relativamente mais impostos que os ricos e que os super-ricos sempre encontraram um jeito de ficar imunes às tributações, o governo parece estar atento ao compromisso de campanha do Presidente Lula de colocar as pessoas mais vulneráveis no orçamento e os ricos dentro do sistema tributário.

O princípio elementar é que sem alterar a estrutura tributária do país, a desigualdade nunca será modificada. É notório e histórico que os pobres pagam proporcionalmente mais impostos que os ricos. Estes, além de pagarem bem menos, na maioria da história ficam isentos, em decorrência de um sistema tributário

regressivo, que cobra muito pouco ou quase nada daqueles que têm maior capacidade contributiva. Daí, agravar-se o fosso social, com a grande riqueza concentrada nas mãos de poucos privilegiados, enquanto a grande massa da população é jogada à margem, muitas vezes arrastada para a miséria e a fome.

Existem estudos produzidos por organizações e entidades que atuam nas atividades econômicas e sociais do país, dentre eles o Instituto Justiça Fiscal, demonstrando que se os 0,3% mais ricos contribuírem, dentro das suas reais possibilidades, sem alteração de seus patrimônios, será possível gerar algo em torno de R\$ 300 bilhões ao ano, o que representa quase o triplo da meta de arrecadação colocada como garantia do equilíbrio fiscal com a qual o governo se comprometeu perante o Congresso. E significa, também, cerca de 5 vezes o custo do Bolsa Família.

UM PAIS DESIGUAL

O Brasil segue como um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo, conforme relatório conhecido em 2022, resultado de um estudo mundial produzido pelo World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris, dirigida pelo economista francês Thomas Piketty, autor do bestseller "O Capital do Século 21".

Conforme esse estudo, os 10% mais ricos do Brasil detêm cerca de 59% de toda a renda nacional, enquanto a metade mais pobre do país recebe 29 vezes menos do que os 10% mais ricos. Entre os mais de 100 países analisados no relatório, o Brasil está no topo das desigualdades. Após a África do Sul, é o segundo com maiores desigualdades entre os membros do G20.

O texto afirma que as diferenças salariais no país foram reduzidas desde 2000, graças sobretudo à política de transferência de renda do Bolsa Família e ao aumento do salário-mínimo. Ao mesmo tempo, os níveis extremos de desigualdade patrimonial no país continuaram aumentando desde meados dos anos 90. Senso assim, é bastante compreensível que o Ministro

Haddad esteja tomado por temores. Os sorrisos da Faria Lima, pouco visíveis ao longo da história, tendem a desaparecer por completo. É preciso muito jogo de cintura para enfrentar tamanho desafio de impor taxaço aos super-ricos.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20230725#page/12>

Lira alerta para os riscos de sobreposição de propostas no Congresso

Ândrea Malcher e Fernanda StricklandRafaela Gonçalves Henrique Lessa

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), elogiou o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nas articulações da **reforma tributária**. Porém, apontou que há riscos nas estratégias do governo. Segundo ele, a ideia do ministro de enviar a proposta de tributação de renda dos mais ricos ao Senado, enquanto a parte da reforma que trata do consumo ainda está em debate na Casa, representa um risco político muito grande.

Acho politicamente um risco grande abrir vários flancos de discussão enquanto se discute reforma de tributação no Senado. Você vir com outro viés pode embolar o meio de campo, disse o presidente da Câmara. Para Lira, é melhor esperar que a reforma dos **tributos** sobre o consumo seja aprovada para que se avance no aspecto de taxaçaõ de renda e patrimônio.

As afirmações foram feitas durante evento realizado, ontem, do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, com o objetivo de debater a **reforma tributária** e as perspectivas do Brasil. Mesmo com a crítica, Lira afirmou que Haddad teve o esforço de sentar-se à mesa da Câmara com todos os líderes partidários para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa uma reformulação da carga de **impostos** no país.

Eu queria fazer aqui uma vírgula, para enaltecer o trabalho, no que diz respeito especialmente ao poder Executivo, do ministro Haddad, que participou de todas as conversas e foi importantíssimo para dar o subsídio necessário para que, na parte federativa, a reforma tivesse caminhos para podermos construir um acordo global, disse Lira.

Em sua fala, o presidente da Câmara dos Deputados disse que há uma grande vontade dos parlamentares em destravar investimentos. Em todos os temas econômicos, o ministro Haddad sempre esteve presente, esteve à disposição, sempre se sentou à mesa, o que não é comum para um ministro da Economia, afirmou o deputado. Quem tem o sim ou o não do cofre não pode estar com a cara ao vento toda hora. Mas ele (Haddad) sempre se colocou muito (à disposição). Os acordos foram feitos à luz do dia, com

muita transparência e respeito à institucionalidade.

No início de julho, a primeira etapa da **reforma tributária** foi aprovada na Câmara, e o próximo passo é passar pelo Senado Federal. Em seu discurso, Lira enalteceu o trabalho do relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), e do relator da matéria no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), chamando-os de experientes e competentes. Ele também disse que a aprovação da reforma não é vista como um projeto de governo ou com linha ideológica, mas sim, um projeto suprapartidário.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/07/5111358-lira-alerta-para-os-riscos-de-sobreposicao-de-propostas-no-congresso.html>

Os riscos do Imposto de Exportação (Artigo)

Rubens Barbosa, É PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

O governo Lula decidiu criar o Imposto de Exportação, por um período de quatro meses.

Por meio de medida provisória, que reduziu alíquotas de contribuições sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural e querosene de avião, foi também criado o Imposto de Exportação de 9,2%. A justificativa dada foi a necessidade de aumentar a arrecadação e atenuar os impactos sobre a inflação pelo aumento do preço da gasolina na bomba. Mas também de que o lucro da Petrobras está muito alto. "As empresas estão com lucros extraordinários por causa do aumento dos preços do petróleo. Lucros exorbitantes", disseram as autoridades fazendárias.

A criação desse imposto poderá trazer consequências muito negativas para a economia como um todo. Além de representar uma quebra de compromissos contratuais relacionados com os leilões para concessão de blocos petrolíferos, nos quais não se previa a taxação de exportação, a medida vai afetar a disposição de investimentos em pesquisa, exploração e produção de petróleo. Essa intervenção estatal aumenta a já séria instabilidade regulatória e a insegurança jurídica para quem quer abrir ou ampliar seus negócios no Brasil. A possibilidade de a medida estimular o refino nacional não é certa e está sendo contestada pelo setor.

A medida não é nova, mas se trata de um precedente recente, advogada sem sucesso por economistas desenvolvimentistas nos últimos anos. A história econômica brasileira mostra que, nas primeiras décadas do Brasil independente, a tributação sobre as exportações de algodão para gerar recursos para o governo central teve um efeito fortemente negativo e o Brasil, então líder na produção e na exportação do produto, a partir de 1830 perdeu o mercado para a produção do sul dos EUA. Hoje, pelas incertezas da economia global e do cenário geopolítico instável, existe restrição da oferta de petróleo e o Brasil se encontra em posição positiva para exportar, pelo aumento da produção e estabilidade da demanda interna.

A taxação vai contribuir para a perda da competitividade do petróleo brasileiro, afetando um setor que gera cerca de R\$ 170 bilhões para o Estado.

Na América do Sul, o exemplo mais recente da imposição de Imposto de Exportação é o da Argentina, com a reintegra.

As retenciones a las exportaciones, ou DEX (derechos a la exportación), na Argentina, são instrumentos tributários que incidem sobre produtos agrícolas exportáveis.

Aplicadas pela primeira vez no final do século 19, as retenciones têm sido usadas, de tempos em tempos, como uma das formas de aumentar os recursos do governo de Buenos Aires, em crise financeira e com problemas cambiais em virtude das baixas reservas. Mais recentemente, em 2007, com Cristina Kirchner como presidente, foi introduzido um sistema de retenciones móveis à exportação.

Como consequência, houve forte reação empresarial e uma greve patronal no setor agropecuário que se estendeu por 129 dias e incluiu o bloqueio de estradas e o desabastecimento das cidades. Em 2015, com o presidente Mauricio Macri, as retenções foram reduzidas e em 2016 foram eliminadas no tocante à mineração. Em 2018, em meio à crise cambial, o governo voltou a aumentar as retenciones em todos os produtos em 12%, com teto de 4 pesos para cada dólar exportado. Em 2019, Alberto Fernández aumentou novamente os direitos de exportação, que passaram para a soja em 33%, o trigo e o milho (12%), a carne (9%) e os lácteos (15%).

A exportação de serviços, também taxados, sofreu mudanças, com taxa de 5%. Em março de 2022, o governo argentino oficializou o aumento das retenções para óleo e farelo de soja: para 33%, mesma porcentagem cobrada para a exportação de soja em grão. Como resultado desse histórico, em 2020 o agro pagou US\$ 5.240 milhões e, em 2021, alcançou o recorde de US\$ 10.128 milhões.

A situação da economia no Brasil está longe de poder ser comparada com a da Argentina, que passa há vários anos por uma crise muito aguda, com baixo crescimento, inflação, restrição cambial e baixa reserva.

Mas a experiência argentina mostra que, uma vez introduzida a cobrança do Imposto de Exportação, é difícil eliminá-la. Ao contrário, tende a ser estendida para outros setores da exportação e a ser mantida sem prazo para terminar.

É o que estamos vendo agora.

Na discussão da **reforma tributária**, foi incluído artigo que permitirá aos Estados criar uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados. Na prática, contra o disposto hoje na Constituição, os Estados poderão cobrar imposto de exportação sobre minérios, produtos agrícolas e a indústria de petróleo.

O texto prevê que os Estados que já têm essa contribuição possam continuar a cobrá-la até 2043. Se aprovado, o imposto acarretará uma renovada guerra fiscal entre Estados. Se o texto for mantido pelo Senado, aumentará a instabilidade, pela sua previsível judicialização, a exemplo do que já ocorreu com o novo Imposto de Exportação.

Grandes empresas petroleiras entraram com pedido de liminar contra a tributação na Justiça Federal. A competitividade do comércio exterior brasileiro ficará afetada, quando o que se busca é simplificar o regime tributário e reduzir o peso dos **impostos** para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado externo.

Rubens Barbosa, É PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agora, alimentos são isentos de impostos (Artigo)

REGINALDO LOPES

Uma das maiores conquistas na aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados foi estabelecer que produtos da chamada cesta básica sejam isentos de **impostos**. A ideia do benefício fiscal é reduzir o custo dos produtos básicos da alimentação do brasileiro. A comida é sagrada, e defendemos o direito de todos terem mesas e geladeiras cheias.

Com a transparência que a reforma trouxe, com os **impostos** cobrados por fora dos preços, ficará bem fácil para o consumidor, quando ele chegar ao supermercado, identificar a isenção. A reforma estipulou que a definição dos itens que serão isentos se dará por meio de lei complementar e será unificada em todo o país. Faremos um esforço de estipular alimentos saudáveis e os verdadeiramente essenciais, para que sejam contemplados aqueles que realmente precisam do benefício.

Em diálogos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegamos à conclusão da importância em definir a composição da cesta básica nacional, já que atualmente os itens não coincidem nos Estados e municípios, somando atualmente em 1.380 produtos - portanto, ainda tributáveis.

Além da isenção de **impostos** diretamente no consumidor, o novo sistema tributário desonera investimentos e credita insumos. Ou seja, tudo aquilo que foi utilizado no processo de produção dos alimentos, como sementes, maquinário, óleo diesel, será transformado em créditos tributários para o setor produtivo. Assim, o povo brasileiro não pagará verdadeiramente nenhum imposto, nenhuma taxa nos produtos da cesta básica nacional, e os alimentos não serão recheados de resíduos tributários.

Ao decidirmos por tal medida, temos a consciência de que nada é mais importante que a população ter o direito básico à alimentação. Lembrando que a maioria do povo brasileiro sofre com a fome e a insuficiência alimentar.

De acordo com o relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo", publicado em 12 de julho pela ONU (Organização das Nações Unidas), cerca de 10,1 milhões de brasileiros passaram fome no período de 2020 a 2022. E o percentual de pessoas

que sofrem com a insegurança alimentar no país aumentou nos últimos anos e atingiu 70,3 milhões de pessoas, o que representa um terço da população.

Alimentar o povo brasileiro sempre foi uma prioridade para os governos do presidente Lula. Ficou famosa sua declaração quando eleito para o primeiro mandato que seu objetivo principal era garantir que todos tivessem o direito a no mínimo três refeições diárias. Graças a políticas de inclusão, em 2014 o país conseguiu sair do famigerado Mapa da Fome estipulado pelas Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Mas voltou a figurar no cenário após o golpe e os governos de direita, obtendo um especial agravamento ao longo da pandemia de Covid-19.

De todas as medidas já tomadas até hoje, nada terá mais impacto que a isenção de **tributos** na cesta básica nacional, que vai baratear e dar acesso aos alimentos para a população carente. Como dizia Hebert de Souza, o Betinho, que virou um símbolo da luta contra a fome: "quem tem fome, tem pressa". Foi esse princípio que nos norteou ao colocar como prioridade na **reforma tributária** a alimentação do povo brasileiro. Não faz sentido cobrar **impostos** na comida dos mais pobres.

REGINALDO LOPES. Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Cesta básica da Reforma Tributária não diferencia rico de pobre, dizem analistas (Reforma tributária)

Leonardo Vieceli

Prevista na **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados, a criação de uma cesta básica nacional com tributação zerada é alvo de críticas de uma parcela dos analistas por sinalizar o mesmo tratamento a ricos e pobres, desonerando os produtos, e não os consumidores com menor renda.

Além disso, a definição dos alimentos que devem entrar ou não na lista é incerta até o momento. A composição da cesta só deve ser fixada posteriormente, por meio de lei complementar, o que é visto como um desafio para as discussões mais à frente.

"Se você estabelece a isenção para carne, por exemplo, aquela que é consumida pelos mais pobres e aquela que é consumida pelos mais ricos não serão tributadas. Isso faz o governo perder muito dinheiro que poderia ser alocado exclusivamente para os mais pobres", diz o pesquisador Leonel Pessoa, do núcleo de estudos fiscais da FGV Direito SP.

"Se a laranja for isenta de imposto, pode surgir outra questão: o suco de laranja também será isento ou não? São situações que ficam em uma zona de limite. Você não sabe se elas se encaixam ou não naquilo que a norma está isentando", diz.

Na versão anterior da reforma, as mercadorias da cesta básica teriam uma tributação equivalente a 50% da alíquota geral a ser aplicada sobre bens e serviços no Brasil -esse percentual também não foi definido ainda.

Como contrapartida, estava em análise a devolução de parte da arrecadação para os consumidores na forma de cashback. A intenção seria transferir uma parcela maior para os mais pobres.

A ideia, contudo, esbarrou no temor de aumento na carga tributária na comparação com o quadro atual -preocupação que era negada pelo governo.

Atualmente, produtos da cesta básica já contam com desonerações de **impostos** federais e têm diferentes

regimes nos estados, que podem zerar ou reduzir as alíquotas de ICMS.

Após a pressão, o texto teve alterações e passou a prever a cesta básica nacional zerada. A reforma foi encaminhada para apreciação do Senado e ainda está sujeita a novas alterações.

Para Pessoa, o modelo mais adequado seria o de cashback. Nesse sentido, o pesquisador cita o exemplo do Rio Grande do Sul, que já adota um sistema de devolução de imposto.

A **Reforma Tributária** ainda prevê o cashback para diferentes itens, mas os detalhes precisam ser definidos. No caso da cesta básica, como a previsão é de alíquotas zeradas, a devolução perderia sua razão de ser, por não ter um tributo a ser restituído, segundo especialistas.

A ideia da cesta básica surgiu no país por meio de um decreto em 1938, na era Getúlio Vargas. Com o passar do tempo, a composição da lista de mercadorias passou por mudanças de estado para estado, indo além dos alimentos.

O Rio de Janeiro, por exemplo, incluiu repelente de insetos e protetor solar no tratamento diferenciado. Em Minas Gerais, há a presença de um item famoso da culinária local: o pão de queijo.

Para o economista-chefe da corretora Warren Rena, Felipe Salto, a definição de uma cesta básica única no país, por lei complementar, é uma "boa ideia".

Porém, segundo ele, é necessário cuidado para evitar que a medida contemple "uma infinidade de itens", o que geraria efeitos fiscais "preocupantes" sobre a arrecadação.

O economista também considera que zerar as alíquotas piorou a reforma. "É o típico caso em que se desejou contemplar as críticas de setores específicos e aí o texto ficou incongruente, para dizer o mínimo. O Senado terá um trabalho enorme para tratar deste e de outros pontos", afirma Salto, ex-secretário estadual da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

Na visão dele, a ideia do cashback sobre a cesta era positiva por permitir a devolução dos recursos. Segundo o economista, o cadastro do Bolsa Família poderia ajudar na elaboração desse modelo para os mais pobres.

"O que é consenso, a meu ver, entre os economistas: não faz sentido desonerar produtos básicos para quem não é pobre. Você e eu compramos um pacote de macarrão e temos o mesmo benefício indireto que uma pessoa com uma fração de nossa renda. É injusto e regressivo", avalia.

O economista Sergio Gobetti vai na mesma linha. De acordo com o pesquisador, que hoje atua na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, o cashback seria um mecanismo mais eficiente para mitigar a regressividade -característica de um sistema que arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos.

Para Gobetti, a isenção "enfraquece" o modelo de devolução ainda previsto na reforma e tende a pressionar a alíquota de referência sobre os bens e serviços que não terão tratamento diferenciado.

Ele também vê uma "discussão complicada" para a definição dos alimentos que devem entrar ou não na cesta. "A isenção passou da conta", diz Gobetti, que considera a reforma "extremamente positiva" em linhas gerais, apesar das ponderações sobre a cesta.

"Há um tabu, as pessoas desconfiam dos programas de devolução de imposto. Em razão dessa confusão, se prefere ter uma alíquota reduzida [zerada, no caso da cesta]. Acho que a desconfiança não se justifica. A gente tem o exemplo do Rio Grande do Sul, que coloca em prática a devolução do ICMS para a baixa renda", acrescenta.

A proposta inicial da reforma para a cesta básica virou alvo de reclamações de segmentos produtivos durante os debates na Câmara.

No início do mês, a Abras (Associação Brasileira de Supermercados) apresentou um estudo no qual afirmava que a versão inicial, com um desconto na alíquota geral de bens e serviços, poderia elevar a tributação da cesta em 60% , em média, na comparação com o quadro atual.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy , rebateu as críticas , dizendo que o número mais desinformava do que informava, pois não consideraria os efeitos da redução de custos e a recuperação de crédito que os supermercados poderiam ter com a reforma.

Para André Parmo Folloni, decano da Escola de Direito da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) e pesquisador na área de tributação, a isenção da cesta básica pode ser interpretada como uma forma "mais simples" de impedir uma pressão sobre os preços de bens de primeira necessidade.

"Se pensarmos em um cashback ideal, que individualizasse contribuinte por contribuinte pela sua capacidade financeira, esse modelo poderia ser mais justo, mas é difícil fazer isso", diz.

"Às vezes, até fica meio contraprodutivo, porque fica muito caro de fazer. A administração é custosa. Entre ganhos e perdas, zerar a alíquota sobre a cesta básica é uma medida mais simples", avalia.

A economista Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), afirma que uma simples reoneração dos produtos, sem qualquer medida de compensação ou transferência de renda, seria negativa em termos de bem-estar para os mais pobres.

Em relação à proposta inicial de inclusão de um cashback sobre a cesta, a pesquisadora diz que se trata de uma política que merece estudos mais aprofundados.

"Não sei se a medida seria efetiva, porque a gente teria de levar em consideração diversos fatores administrativos e se basear no que os outros países estão fazendo", aponta.

Na visão da economista, a definição de uma cesta básica nacional terá desafios como conciliar a escolha dos produtos com as recomendações da área de saúde pública e as diferenças regionais.

"O Brasil tem extensão continental, não há uma dieta padrão", afirma. "São desafios complexos, mas, como a discussão está sendo bastante ampla, acho que vai chegar a um consenso razoável."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/cesta-basica-da-reforma-tributaria-nao-diferencia-rico-de-pobre-dizem-analistas.shtml>

Construção e serviços podem pagar mais com Reforma Tributária; veja como fica cada setor (Reforma tributária)

Idiana Tomazelli

A aprovação da **Reforma Tributária** deve aliviar a carga que hoje incide sobre segmentos como indústria, alojamento e alimentação, mas deve elevar as alíquotas cobradas sobre construção civil e boa parte dos serviços, mostra um estudo do Itaú Unibanco obtido pela Folha .

A redistribuição da carga entre os setores é um dos temas mais sensíveis da Reforma. O temor de alta nas alíquotas levou a uma corrida por exceções e tratamentos específicos na tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) na Câmara dos Deputados . A discussão tende a ganhar força novamente no Senado .

Para medir o impacto do modelo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) sobre cada setor da economia brasileira, o Itaú analisou o texto aprovado pela Câmara e calculou quanto seria a alíquota total dos novos **tributos** sobre consumo. O relatório é assinado pelos economistas Claudia Bruschi e Pedro Schneider.

Nas contas do banco, a cobrança pode chegar a 27,5%, já incluindo a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios, além de outros elementos previstos na Reforma.

Essa seria a alíquota necessária para manter a arrecadação constante como proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto). Os especialistas usam dados desagregados por setor de fontes oficiais como **Receita Federal** e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para fazer as estimativas.

Os cálculos já consideram eventuais casos de alíquota reduzida, correções necessárias devido à participação no setor de empresas do Simples Nacional (cuja carga permanecerá igual), exportações (que ficarão isentas do novo IVA) e o atual grau de informalidade da economia (uma medida de quem não recolhe **tributos** como deveria).

"Ressaltamos que a alíquota pode ser menor, caso haja aumento do grau de conformidade e

formalização", diz o relatório.

Com base nessas premissas, o Itaú estima que os setores com maior aumento de carga serão construção civil, atividades técnicas, água e saneamento, serviços domésticos, atividades administrativas e indústria extrativa. A tributação sobre essas atividades tende a subir 8 pontos percentuais como proporção da receita. Em alguns casos, isso pode significar o triplo da cobrança atual.

Até mesmo atividades beneficiadas pelas alíquotas reduzidas, como saúde, educação e transporte, teriam algum aumento de carga, embora em menor magnitude.

No entanto, o banco faz duas ressalvas que podem levar a variações no resultado final. "A nível das empresas, é possível que benefícios tributários, regimes especiais e estrutura (por exemplo, uma empresa pode estar em mais de um setor) possam gerar resultados substancialmente diferentes", diz o documento.

Outro ponto importante é que as empresas também recolhem **tributos** sobre seu lucro, o que pode levar a variações de carga conforme o setor e o faturamento após a Reforma.

O segmento de alojamento e alimentação, hoje com uma das maiores cargas sobre suas receitas, se manteria na liderança, embora tenha um alívio estimado em 8 pontos percentuais. O setor é intensivo em mão de obra e tem uma cadeia de produção curta - o que o torna menos apto a aproveitar créditos de **tributos** pagos na aquisição de insumos.

Outras atividades devem ter redução de carga com a Reforma, como a indústria de transformação, eletricidade e gás e o agronegócio. Eles devem se beneficiar da maior possibilidade de abater esses créditos ou da desoneração de exportações.

A economista Claudia Bruschi, uma das autoras do estudo do Itaú, afirma que não se trata de apontar "perdedores e ganhadores" com a Reforma, mas sim medir e apontar os possíveis resultados da aprovação

da PEC.

"A gente não está tentando fechar um número, falando que vai ter um aumento setorial de tantos por cento. Aqui no Brasil, o mix de composição setorial entre Simples, lucro real e [lucro] presumido [diferentes regimes tributários usados pelas empresas] é bem diverso. A gente só quis dar um grau qualitativo de quais setores poderiam ser mais impactados ou menos impactados dentro da Reforma", diz.

Nas estimativas do banco, o aumento de carga tem maior chance de ocorrer sobre empresas que faturam até R\$ 78 milhões ao ano e hoje pagam uma alíquota menor de PIS/Cofins (3,65%), mas sem direito a abater créditos obtidos na aquisição de insumos (chamado regime cumulativo). Segundo o Itaú, as declarações dessa categoria à **Receita Federal** concentram aproximadamente 10% das empresas, dos vínculos trabalhistas e da receita bruta.

Isso não significa, porém, que o saldo final será negativo. "A gente olhou em uma lente em termos de alíquota, mas em termos de resultado indireto, quando se está falando em aumento de produtividade e, conseqüentemente, de **PIB**, de crescimento econômico, todo mundo, no fim, vai ter um impacto econômico positivo", acrescenta Bruschi.

O próprio governo tem argumentado que a aprovação da PEC pode impulsionar o crescimento econômico, o que traria benefícios a todos os segmentos. Não há, porém, uma divulgação oficial do Ministério da Fazenda que mensure esses impactos e as consequências sobre a carga tributária dos setores.

Nas últimas semanas, outro estudo sobre os impactos da **Reforma Tributária** causou polêmica. Como mostrou a Folha, uma nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) estimou que a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,04% -a maior do mundo para um IVA.

O Ministério da Fazenda divulgou uma nota para dizer que o estudo desconsiderava alguns fatores, como o efeito da redução da sonegação. Na quarta-feira (19), a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) levou a presidente do Ipea, Luciana Servo, a uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para esclarecer a projeção do órgão.

Bruschi, do Itaú, afirma que de fato a alíquota pode ser menor do que os 27,5% estimados pelo banco, mas o estudo ilustra o efeito da Reforma caso o nível atual de informalidade se mantenha.

"A gente vê que existe uma possibilidade, sim, de

reduzir tanto a [falta de] conformidade quanto o nível de informalidade. Então, poderia ter algum estímulo para você aumentar isso, e seria um resultado bem mais positivo para a economia", afirma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/construcao-e-servicos-podem-pagar-mais-com-reforma-tributaria-veja-como-fica-cada-setor.shtml>

Mercado critica exceções em textos aprovados no Congresso

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

Em meio às negociações no Congresso para a aprovação de projetos considerados essenciais pela equipe econômica, no mercado financeiro a avaliação geral é de que o novo arcabouço fiscal (em substituição ao atual modelo de teto de gastos) não seria a regra ideal para as contas públicas, mas os analistas reconhecem que ela afasta o risco de uma trajetória descontrolada da dívida.

"O arcabouço cria uma promessa de resolver a questão do (resultado) primário, mas ele também cria obrigação de aumentar gasto de uma série de coisas: mínimo de investimento, mais gastos com educação, mais gasto com saúde, um monte de coisa que está fora dos limites impostos", diz Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Os números do Tesouro Nacional já mostram uma piora no resultado fiscal. Entre janeiro e maio deste ano, na comparação com o mesmo período de 2022, as receitas recuaram R\$ 2 bilhões, enquanto as despesas subiram R\$ 38,6 bilhões.

Como consequência, o superávit recuou de R\$ 39,7 bilhões para R\$ 2,2 bilhões.

O governo também vem aumentando a projeção do rombo nas contas públicas para este ano. A estimativa de déficit passou de R\$ 107,6 bilhões, no primeiro bimestre, para R\$ 145,4 bilhões no terceiro bimestre, o que equivale a 1,4% do **PIB**. A meta da Fazenda, porém, é reduzir o saldo negativo para o patamar de 1% do **PIB**. "O principal risco (no texto) são as exceções à regra", diz Alessandra Ribeiro, sócia e economista da consultoria Tendências.

TRIBUTOS. Até o fim do ano, o governo também espera concluir a votação da primeira etapa da reforma tributária, que simplifica os impostos sobre o consumo. Trata-se de uma medida de longo prazo, mas que tem efeitos imediatos sobre as expectativas e sobre o humor dos investidores.

Assim como no arcabouço, porém, a quantidade de exceções no texto também preocupa.

Isso porque vários setores entraram na lista de alíquotas reduzidas, com uma cobrança 60% menor do que a padrão, que só será definida em lei complementar. Os tributaristas alertam que, quanto mais elevado for o número de exceções, maior será a alíquota padrão do IVA.

Apesar das flexibilizações feitas pelo Congresso, o encaminhamento do arcabouço fiscal e da reforma tributária ajudaram o governo a reverter as expectativas desfavoráveis para a economia que vigoravam no início do ano.

No primeiro trimestre, o governo já havia colhido uma boa notícia na economia. Entre janeiro e março, o **PIB** subiu 1,9%, impulsionado pela agropecuária.

Com o encaminhamento de boa parte da agenda, somado ao bom desempenho dos indicadores no início do ano, os analistas passaram a aumentar de forma constante as projeções de crescimento para a economia em 2023. Elas saíram de 0,8% para 2,2%, apesar da desaceleração já desenhada para o segundo semestre.

Um outro ponto que ajudou na reversão das expectativas foi a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de manter a meta de inflação em 3% para os próximos três anos.

Dentro do governo Lula, havia ganhado força um discurso de que aumentar o alvo poderia ajudar numa queda da Selic.

Esse discurso acabou perdendo força conforme os resultados do IPCA se mostraram melhores do que o esperado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para Lira, reforma administrativa está pronta para votação

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS BRUNO LUIZ

Após a aprovação da **reforma tributária** na Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira (PPAL), disse ontem que um dos próximos passos é aprovar a reforma administrativa. "Vamos tratar da reforma administrativa, ela está pronta", afirmou Lira durante almoço em São Paulo do Grupo de Líderes Empresariais (Lide). Lira também reforçou que espera promulgar o texto da **reforma tributária** ainda neste ano e deixar para o primeiro semestre de 2024 a votação das leis complementares que irão regular as alterações no sistema de tributação.

"Quando falo da reforma administrativa, é porque, de todas as reformas estruturantes, é a única que falta", salientou, acrescentando que ela "não tira direito adquirido de ninguém".

"Com muita transparência e de maneira institucional, esse assunto precisa ser discutido porque vai gerar piso de despesa, vai ter diminuição de custos a longo prazo, com programação para qualquer governo", afirmou. "A reforma administrativa não prejudica. Ela é necessária porque é o povo que paga os custos administrativos." Lira disse ser importante que todos se mobilizem para que seja feita uma discussão como a que foi realizada na **reforma tributária** e que parecia improvável. "Com a mesma ajuda, a gente pede que a (reforma) administrativa possa ser discutida com imparcialidade.

É uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), precisa de apoio de todo mundo. Vamos lutar para que isso aconteça naturalmente", disse o presidente da Câmara, ponderando que ainda não há cronograma para a aprovação do tema.

TRIBUTÁRIA. Sobre a **reforma tributária**, o deputado afirmou que espera promulgar o texto ainda neste ano e deixar para o primeiro semestre do ano que vem a votação das leis complementares que irão regular as alterações no sistema de tributação.

"Ainda neste ano espero que a gente tenha um texto comum para que o presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco (PSD-MG) possa, junto conosco, promulgar a **reforma tributária** e partir para uma discussão, no primeiro semestre de 2024, das leis complementares para regular o assunto." Na visão do deputado, o fato

de o texto aprovado na Câmara ter trechos da PEC 110 apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) vai facilitar a tramitação no Senado.

Lira disse ser necessário reduzir a quantidade de setores com alíquotas diferenciadas na reforma. "Quanto mais setores entrarem na alíquota diferenciada, mais a alíquota padrão vai ficar elevada para todo o resto." O presidente da Câmara voltou a elogiar a articulação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na aprovação do texto. "Haddad foi importante para dar subsídios que construíssem um acordo global." Para ele, a proposta vai livrar o Brasil do "manicômio tributário".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vamos tratar da reforma administrativa, diz Lira

Mostrando-se satisfeito com os resultados da Câmara e do Executivo nas votações do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** em segundo turno, o presidente da Casa, o deputado Arthur Lira (PP-AL), disse que um dos próximos passos agora é aprovar a reforma administrativa.

"Vamos tratar da reforma administrativa, ela está pronta", disse Lira durante almoço oferecido ontem, em São Paulo, pelo Lide (Líderes Empresariais) em que assunto foi a **reforma tributária**.

Lira foi bastante aplaudido ao falar que a Casa dará andamento na reforma administrativa e em sequência ganhou o apoio público do presidente da Febraban (Federação Brasileira de), Isaac Sidnei, que colocou a entidade à disposição para ajudar a sensibilizar os parlamentares da necessidade de se aprovar a reforma.

"Quando falo da reforma administrativa, é porque, de todas as reformas estruturantes, é a única que falta. A reforma administrativa que está pronta, com alguns ajustes que podem ser feitos no plenário, não tira direito adquirido de ninguém", insistiu o deputado.

Segundo Lira, a proposta de reformulação da administração pública tem um corte para trás e não prejudicará quem já tem seus direitos adquiridos.

"Com muita transparência e de maneira institucional, esse assunto precisa ser discutido porque vai gerar piso de despesa, vai ter diminuição de custos a longo prazo, com programação para qualquer governo", descreveu Lira.

Para o parlamentar, a reforma administrativa é uma matéria que está pronta para plenário e que precisa só se construir narrativas e apoios importantes para que seja levada com êxito ao plenário. "A reforma administrativa não rouba, não prejudica. Ela é necessária porque é o povo que paga os custos administrativos", disse.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_BDD86E23590A2D365E2DE9E324E2F3B62A2683CF41515D6025E2539932EBEA3563AE4D17B9C74795EBE4648E38561058F53A63E8C123DAA9BC3779BCBC4EC58CBA20FB7DD040E5133123018C8C1CA8A9D40AD9BA310D190770EF01

2A6595AED860636E98F85B50C4B8DAA8D4AA8B15AE7
D0F71C3206C62A93BD69902D42F1

Lira critica debate "atropelado" sobre partilha de cargos

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que o debate em torno de uma eventual **reforma ministerial** para acomodar no governo indicados do Centrão, grupo político do qual ele é um dos líderes, está sendo "atropelado".

Questionado sobre uma possível entrada de sua sigla na gestão petista, Lira disse que a decisão se restringe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e negou que vá se reunir com ele para tratar do tema. Desde a semana passada, há expectativa sobre um encontro entre os dois para tratar do tema.

- Não é só o PP. É o governo quem tem que discutir quem, quando, de que forma. A **reforma ministerial** é do presidente da República, não dos partidos.

Eu penso que esse assunto está sendo, de uma certa forma, atropelado.

Não ajuda a governabilidade, e o governo também tem que ajudar a se facilitar. O presidente da Câmara vai funcionar sempre como um facilitador das matérias - disse Lira, em um evento do Lide em São Paulo.

Na semana passada, em coletiva de imprensa em Bruxelas, Lula afirmou que "não é o partido que pede ministério, é o presidente da República que oferece".

Lira declarou que a única conversa que teve com Lula sobre o assunto se deu um dia após a aprovação da **Reforma Tributária**, momento em que teria parabenizado o Palácio do Planalto e mencionado a governabilidade.

-A única coisa que eu disse é que quanto mais o governo tiver facilidade no plenário, melhor para eles e melhor para mim.

Partido do presidente Lula e responsável pelo maior número de ministérios do atual governo, o PT está disposto a ceder cadeiras para abrigar os indicados do PP e Republicanos, em nome da governabilidade.

Até agora, contudo, as duas siglas do Centrão não chegaram a um consenso com o Planalto sobre quais pastas vão comandar. Elas pleiteiam postos com visibilidade e orçamento robusto, mas que não coincidem com os espaços que o Executivo está desenhando no momento.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e parlamentares aliados vêm estudando possíveis configurações para acomodar as duas forças do Centrão.

A ideia é ter um modelo de alterações em cascata, em que um ministro pode ser deslocado de uma pasta para outra, para dar lugar a dois nomes dos neoaliados.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Alckmin: expectativa é de corte dos juros na próxima reunião do Copom

JENIFFER GULARTE

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, disse ontem que a expectativa do governo é que o Banco Central (BC) já comece a cortar a taxa básica de juros, a Selic, na reunião da semana que vem.

-Os juros estão realmente excessivos, mas temos a expectativa de que na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) já tenha queda (da Selic) e que essa queda possa ser seguida. Aliás, os juros futuros já estão em queda. O problema não é nem ter subido tanto, a 13,75%, mas ficar tão alta tanto tempo. Agora em agosto vai completar um ano que estamos com 13,75%.

Tudo está sendo feito para que haja redução da taxa de juros -disse Alckmin, ao participar de reunião do Conselho Nacional do Sesi, em Brasília.

O Copom se reúne nos dias 1º e 2 de agosto, e as projeções do mercado financeiro são de queda dos juros, entre 0,25 ponto e 0,5 ponto percentual.

Ao citar o acordo entre União Europeia (UE) e Mercosul, Alckmin disse que "nunca um acordo é perfeito" e que são necessários "pequenos ajustes" para a negociação avançar: -Há boa expectativa que a gente consiga (o acordo). São pequenos ajustes para celebrar um acordo que vai abrir comércio e oportunidade de investimentos recíprocos.

Quanto à **Reforma Tributária**, Alckmin defendeu a aprovação, lembrando que o texto que está no Senado estimula investimentos e a exportação.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Cashback da reforma poderá devolver impostos a mais pobres

GABRIEL RODRIGUES, Alexandre Nascimento

Há dúvidas sobre como medida será colocada em prática e se será eficaz

O cashback se popularizou como uma estratégia do varejo para atrair clientes. o funcionamento é simples: parte do valor do produto ou serviço que o consumidor adquire é devolvida a ele, seja em dinheiro ou em créditos. Agora, essa lógica pode ser aplicada também aos **impostos** no Brasil. É a proposta do que o Ministério da Fazenda tem chamado de "cashback do povo", integrante da **reforma tributária**. Por um lado, é uma estratégia que analistas elogiam pela intenção de reduzir as desigualdades de renda. Por outro, eles têm dúvidas sobre como ela será colocada em prática e se, de fato, será eficaz.

O cashback é uma resposta ao atual sistema tributário do país, que é considerado regressivo por muitos especialistas - ou seja, um sistema que arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos. O professor de direito tributário do Ibmec-BH Bernardo Motta Moreira considera que o cashback seria eficaz em um cenário no qual fosse adotada uma alíquota-padrão para o consumo e os mais pobres recebessem de volta parte dos **tributos** pagos.

Caso somente os inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) sejam beneficiados, por exemplo, o cashback pode alcançar 41,8 milhões de famílias no Brasil, quase 3,8 milhões delas em Minas Gerais. "Sou a favor de o cashback ser um instrumento de justiça tributária, mas especialmente de consciência fiscal. É bom lembrar que os ricos já têm um tipo de cashback, porque pessoas com maior renda têm restituição do imposto de renda com serviços de saúde e educação. Quero que pessoas com menor poder econômico também tenham restituição, porque elas gastam 100% com alimentação, e não com serviços", introduz o deputado federal Reginaldo Lopes. Ele analisa, ainda, que, ao receber o cashback, o brasileiro terá mais consciência sobre o quanto paga de **impostos**.

A realidade, contudo, é que uma série de produtos deve receber isenções com a reforma. Está previsto, por exemplo, que não incidam **impostos** sobre os itens da cesta básica - consumida tanto por ricos quanto por pobres. Na perspectiva do professor, seria mais justo haver cobrança de **impostos** sobre os itens

e, ao mesmo tempo, devolução do valor aos mais vulneráveis.

Assim, Moreira avalia que o cashback será efetivo se a alíquota-padrão definida pela **reforma tributária** não for tão alta quanto o que se estima atualmente - acima de 25%. "Um impacto negativo é que precisamos arrecadar dinheiro. Na ideia original, a cesta básica seria tributada, por exemplo, com devolução dos valores para quem precisa", pontua.

Medida depende ainda de aprovação

O cashback é mencionado no texto da **reforma tributária**, porém só deve ser regulamentado após a aprovação da mudança no Congresso. Por ora, o governo se limita a dizer que "o mais importante neste momento é incluir na Constituição a previsão desse mecanismo" e ainda discute quem serão os beneficiários, o limite para a devolução e de que formas o valor será pago.

O texto-base aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado prevê que outra lei regulamentará o cashback após a **reforma tributária** - isto é, a definição sobre as normas que ele obedecerá só deve ocorrer em 2024. O texto já esclarece, contudo, que o objetivo é "reduzir as desigualdades de renda" no país.

A operacionalização do cashback ainda é um mistério. Porém, representantes do governo federal dão pistas, há meses, sobre possibilidades de implantação do programa. O secretário extraordinário para **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já disse, por exemplo, que o cashback poderia ser estendido a toda a população, com faixas diferentes de devolução de **impostos** por nível de renda, e não se limitar a quem estiver no CadÚnico. Ele também já defendeu o cashback como uma alternativa à desoneração da cesta básica - mas isso não deve ocorrer.

Programas sociais devem ter prioridade

O número de beneficiários do cashback da **reforma tributária** dependerá dos grupos que o governo decidir que terão direito à devolução dos **impostos**. Um estudo do final de 2021 do movimento Pra Ser Justo, grupo de organizações da sociedade civil a favor da reforma, calcula que 72,4 milhões de

pessoas, mais de um terço da população brasileira, seriam beneficiadas se fosse levada em conta a base no CadÚnico - a base sofreu alterações desde então. Em Minas, entre 30% e 40% da população teriam acesso ao benefício.

O valor restituído, na simulação do movimento, seria de R\$ 13,22 mensais por pessoa nas menores faixas de renda-ou seja, R\$ 26,44 por mês para uma família de duas pessoas e R\$ 52,88 para uma família de quatro integrantes. O custo anual para os cofres públicos seria de R\$ 9,8 bilhões.

Coordenador da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed), o economista Paulo Bretas considera que a devolução de **impostos** precisa favorecer beneficiários de programas sociais. "Quero ver como ficará a lei complementar. F. uma coisa justa, pois ninguém vai ser contra o pobre ter essa vantagem de devolução de **impostos**, mas acho que é de difícil execução no Brasil. O Ministério da Fazenda tem técnicos muito competentes. Vamos ver se eles conseguem pelo menos beneficiar o pessoal que recebe o Bolsa Família, que está incluído no CadÚnico. Isso está mais fácil porque todo mundo tem Pix".

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Ibovespa alcança maior nível em dois anos; dólar recua

Henrique Fregonasse* **Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo*

O Ibovespa, principal indicador dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) atingiu, ontem, o maior patamar em quase dois anos, ao avançar 0,94% e atingir a marca de 121.342 pontos no fechamento? O maior nível desde agosto de 2021. Em paralelo, o dólar terminou o dia em queda de 0,99%, cotado a R\$ 4,733 para venda, o menor valor desde abril de 2022.

Até a última quinta-feira (20/7), a bolsa estava no zero no acumulado de julho, mas, desde então, acumulou alta expressiva. Ontem, segundo operadores, um dos principais motivos do otimismo dos investidores veio das notícias de que o governo na China avalia conceder incentivos para setores como infraestrutura e transportes, o que aumentou a cotação de commodities no mercado externo. Na B3, isso se traduziu em alta de ações como as da Vale que subiu 3,02%, e da Petrobras (2,09%).

A tendência de alta da Bolsa, porém, não é recente, e julho pode ser o quarto mês seguido de ganhos. Especialistas apontam alguns fatores que levaram a uma maior atratividade do mercado brasileiro nos últimos meses. Entre eles, a diminuição da percepção de risco na economia do país; a ausência da Rússia como player no mercado internacional de capitais, devido à invasão da Ucrânia; e a oferta de boas ações por baixos preços, que alguns investidores vêem como "pechinchas".

Analista econômico e gestor da Bluemetrix, Renan Silva explicou ao Correio que, desde o fim de 2022, as ações na bolsa brasileira apresentavam um "desconto" importante, mas as "conturbações" e embates políticos na passagem de governo aumentaram a aversão a risco dos investidores.

"O mercado tinha preocupações com relação à PEC da Transição, com a retirada do teto de gastos, da reoneração de combustíveis e o processo inflacionário. A partir de março, esse cenário começou a mudar. A cortina de fumaça começou a baixar", afirmou.

Segundo Silva, a aversão a risco dos investidores começou a diminuir à medida que as perspectivas sobre o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** começaram a se solidificar, além da manutenção, pelo

Conselho Monetário Nacional (CMN), do teto da **inflação**.

Para Renan Silva, a queda do dólar se relaciona também, de forma importante, à elevada taxa de juros reais do país. Para o analista, "à medida que os juros estão muito altos e a taxa de **inflação** em queda, isso atrai o capital externo e a entrada de dólares se converte em reais, valorizando a moeda nacional".

Para Silva, o panorama está dentro das expectativas. "Você tem recursos entrando para comprar ações e recursos entrando para aproveitar essa taxa de juros muito elevada. Isso mantém o dólar num patamar mais baixo", explicou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/25/all.pdf>

Bolsa volta aos 121 mil pontos, e dólar cai a R\$ 4,73

VITOR DA COSTA

O Ibovespa voltou ontem aos 121 mil pontos, patamar que não era registrado desde abril de 2022, e o dólar caiu à menor cotação em mais de um ano. Os ativos domésticos foram beneficiados pelo avanço da cotação das commodities, após a China informar que vai estimular o investimento privado em infraestrutura.

O principal índice da Bolsa de São Paulo, a B3, subiu 0,94%, aos 121.342 pontos. É o maior patamar de fechamento desde 1º de abril de 2022, quando ficou em 121.570.

Já o dólar comercial caiu 1%, a R\$ 4,7326, a menor cotação de fechamento desde 20 de abril de 2022, quando encerrou a R\$ 4,6194.

O câmbio acompanhou o movimento de desvalorização da moeda americana contra divisas emergentes e associadas a commodities.

Em dia de agenda mais fraca, o foco dos investidores se voltou ao anúncio do governo chinês de medidas para estimular o investimento privado em alguns setores de infraestrutura.

Pequim disse ainda que fortalecerá o apoio financeiro a projetos privados. O mercado vinha esperando a sinalização de estímulo devido à retomada econômica mais fraca que o esperado.

-O externo pesou mais, com a China sinalizando para mais estímulos para a economia. Com isso, as moedas de países exportadores de commodities se beneficiaram - disse o operador de câmbio da Fair Corretora, Hideaki Iha.

Ele ressalta ainda que o diferencial de juros continua a ajudar o real, o que não deve mudar no curto prazo, mesmo com a expectativa de corte da Selic em agosto.

BANCOS EM BAIXA

A alta dos preços do petróleo puxou as ações das petrolíferas.

O contrato do barril do Brent para setembro subiu 2,06%, a US\$ 82,74. Já o contrato para o mesmo mês

do WTI avançou 2,17%, a US\$ 78,74.

Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 2,07%, e os preferenciais (PN, sem voto), 2,09%. Prio ON avançou 2,21%, e 3R Petroleum, 4,11%.

Ainda entre ações ligadas a commodities, Vale ON teve alta de 3,02%, e CSN ON, de 2,59%. Usiminas PN avançou 2,51%, e Gerdau PN, 2,94%.

- A China é um grande comprador de commodities, tanto metálicas quanto energéticas -disse o operador de renda variável da Manchester Investimentos, Thiago Lourenço.

A alta do Ibovespa, no entanto, foi limitada pelo desempenho mais fraco dos bancos, em meio às discussões sobre a extinção dos juros sobre capital próprio (JCP) na segunda fase da **Reforma Tributária**. Itaú PN e Bradesco PN recuaram 1,59% e 2,70%, respectivamente.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Brasil ensaia melhora no cenário de longo prazo, diz Tendências

O novo arcabouço fiscal, a manutenção da meta de **inflação** e a dinâmica do Legislativo atuando como contrapeso ao Executivo levaram a uma melhora dos cenários de longo prazo para a economia brasileira. A combinação dos eventos recentes fez a Tendências Consultoria reduzir a probabilidade de ocorrência de seu cenário pessimista e aumentar as probabilidades dos cenários básico e otimista.

Na edição mais recente do relatório Cenários de Longo Prazo, analistas da Tendências reduziram a probabilidade subjetiva de ocorrência do cenário pessimista de 35% para 25%, aumentaram a probabilidade do cenário básico de 60% para 65%, e a do otimista de 5% para 10%.

No estudo que analisa a trajetória da economia brasileira para os próximos dez anos, a consultoria considerou principalmente o arcabouço fiscal aprovado na Câmara e que deve ser chancelado pelo Senado, que reduz o risco de trajetórias mais pessimistas para as contas públicas, ao impor limite máximo de crescimento das despesas de 2,5%.

A consultoria diz que 2023 é visto como ano de transição devido às tarefas não resolvidas na agenda econômica. "O ciclo econômico nos próximos dez anos depende da redução de riscos de natureza macroeconômica e do aprofundamento das reformas microeconômicas com efeitos estruturais para o crescimento", ressalta o texto.

"Com o arcabouço fiscal, tivemos a curva de endividamento para baixo, o que reduziu a percepção de risco na evolução das contas públicas", afirma Alessandra Ribeiro, economista responsável pelo relatório. "Outro ponto importante para essa melhora é a manutenção da meta de **inflação** pelo Conselho Monetário Nacional em 3%. É outro, a composição do Congresso funcionando como um limitador à agenda econômica [do governo] e evitando retrocessos, seja no que diz respeito à Eletrobras, à autonomia formal do Banco Central, ao novo marco regulatório de saneamento." A economista acrescenta que a aprovação da **reforma tributária** faz com que o cenário básico seja ainda melhor, mesmo que não estejam claros os detalhes do texto final da legislação.

No cenário básico, a Tendências prevê no âmbito doméstico que o governo promova uma **reforma**

ministerial e mobilize a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas relações com o Congresso.

Uma reorganização da base aliada nesse contexto geraria vitórias do governo em medidas para ampliar a carga tributária e, por outro lado, limitaria a agenda revisionista da pauta econômica, contribuindo para a redução de incertezas, afirma.

A dinâmica política é tida como elemento central para a diferenciação dos cenários de longo prazo.

"A rivalidade política entre esquerda e direita deve preservar a agenda econômica da onda de retrocessos, contribuindo para a estabilidade das regras do jogo para a economia brasileira", diz o texto.

Esse cenário tem como ponto de partida a estabilização no aperto da política monetária promovida por economias avançadas. Nele, os principais países conseguiriam controlar a **inflação** sem efeitos mais dramáticos para a atividade.

Mas o lento processo de desinflação não abriria espaço para afrouxamento monetário imediato. "O ritmo da atividade nos principais países avançados continuaria a desacelerar em 2024 por conta dos juros ainda elevados", diz o texto.

No cenário básico de longo prazo da economia brasileira, o **PIB** crescerá em média 2% ao ano entre 2023 e 2032. A **inflação** cairá de 5,6% em 2023 a 4,2% em 2024 e a 3,2% em 2032.

O cenário otimista conta com o mesmo cenário internacional do básico. A diferença é que, do ponto de vista doméstico, prevê-se superação dos conflitos político-institucionais que dificultam a construção de consensos legislativos. O relatório observa que "a política mais moderada é condição *sine qua non*" para agenda econômica de reformas estruturais, incluindo a aprovação da **reforma tributária**."

Na previsão otimista, o crescimento médio do **PIB** até 2023 seria de 2,9% ao ano, e a taxa de **inflação** chegaria a 2,7% em 2032.

O cenário pessimista prevê maior persistência da **inflação** nos principais países com necessidade de ajuste monetário mais expressivo, com efeitos para a

atividade global. No âmbito externo, esse cenário conta com forte desaceleração da economia chinesa.

No âmbito doméstico, por sua vez, haveria exacerbação dos conflitos entre Executivo e Legislativo, com destaque para as disputas entre o governo e a Câmara, bloqueando a agenda governista de recomposição das receitas.

"O governo com baixo capital político adotaria o voluntarismo econômico como estratégia para minimizar a perda de popularidade.

Nesse sentido o destaque seria a indicação de nomes com visão heterodoxa, em especial para diretoria e presidência do Banco Central, mudança de meta de **inflação** a partir de 2024 para 4,5% e orientação na prática voltada ao teto da meta inflacionária." Nesse cenário, a economia teria crescimento anual médio de 1,0% até 2026 e 1,6% entre 2027 e 2032. A **inflação** baixaria para, no máximo, 4,7% até 2032.

A melhora do humor e o aumento da probabilidade de ocorrerem os cenários básico e otimista se deve primordialmente à resiliência da economia, ao fim do debate sobre meta inflacionária e ao ambiente externo, diz Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do Goldman Sachs.

"Desde 2022 vemos uma resiliência da economia. Os dados não mostravam crise, mas sim um mercado de trabalho bastante forte, crescimento, alta do emprego bastante robusta, balança com superávit muito grande e, depois, uma supersafra", afirma Ramos. "Toda a discussão sobre a meta da **inflação** evoluiu de maneira favorável, com o governo perpetuando a meta que não gostava.

Isso contribuiu para o ancoramento melhor do sentimento." No setor externo, diz, a **inflação** nos Estados Unidos trouxe a percepção de que não haverá recessão e que o Federal Reserve (banco central dos EUA) está próximo do fim do ciclo de aperto monetário.

No início do ano, o Goldman Sachs esperava crescimento de 2,2% para a economia brasileira em 2023. Agora prevê alta de 2,6% do **PIB** para este ano. A projeção para **inflação** neste ano é de 5,1%.

Mauricio Nakahodo, economista sênior do banco MUFG Brasil, argumenta que a melhora das expectativas se reflete na pesquisa trazida pelo Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, que em 17 de julho mostrou queda mensal das expectativas de **inflação** e câmbio.

"Vemos o real se apreciando em relação ao início do

ano, como ocorreu com outras moedas emergentes, mas também houve melhora das expectativas dos economistas e mercados com o avanço do arcabouço e da **reforma tributária**", afirma.

Além disso, acrescenta o economista, os bons resultados do **PIB** no primeiro trimestre levaram o banco a revisar as projeções de crescimento para 2023 de 1% no início do ano para 2,2%.

Um elemento que contribuiria para aumentar ainda mais o otimismo seria o avanço mais rápido do que o esperado da implementação da **reforma tributária**, afirma.

"Isso porque a reforma tem potencial para ajudar a alavancar o crescimento de longo prazo", diz.

Outros fatores que também ajudariam seriam desaceleração mais acentuada da **inflação**, trazendo um cenário mais favorável ao corte de juros e à recuperação econômica global, e a China com crescimento sólido, ajudando economias emergentes exportadoras de commodities.

"[Um cenário] mais otimista ocorreria se o entorno externo melhorasse e o Brasil conseguisse chegar a uma trajetória fiscal melhor, peneirando o gasto e não aumentando a carga", argumenta Ramos, ao dizer que o governo segue uma estratégia de taxaço e gastos "É uma estratégia complicada, com risco de ineficiências para um país com uma situação fiscal delicada como a do Brasil." Nesse sentido, afirma Ribeiro, o novo arcabouço é uma condição necessária para a redução de riscos, mas não suficiente.

"Ainda temos uma agenda na qual mexemos muito pouco. Vamos precisar lidar com os gastos obrigatórios ou podemos cair no mesmo risco que caímos com o teto, de reduzir despesas discricionárias para acomodar obrigatórias maiores. Retomar a agenda de gastos obrigatórios, com reformas como a administrativa, por exemplo, é essencial para lidarmos com a questão fiscal. Esse é um desafio importante."

"Desde 2022 vemos uma resiliência da economia"
Alberto Ramos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187611?page=1§ion=1>

Divergências no Copom tendem a aumentar com novos diretores

Gabriel Roca De São Paulo

Para além das incertezas típicas relacionadas ao início de um ciclo de cortes de juros, a chegada de Gabriel Galpold e Ailton Aquino à diretoria do Banco Central pode fazer com que o Copom passe a conviver com um cenário não muito comum para seus membros: o de divergência nas votações. Segundo estudo realizado pelo Inter, antecipado ao Valor, em apenas 15% das decisões do colegiado do BC, desde o início do regime de metas, houve votações divididas.

"Em uma análise das decisões do Copom desde a implementação do regime de metas em 1999, identificamos que em apenas 32 reuniões, de 219, foram apontadas divergências nos votos. Desde o início do regime de metas de inflação, em apenas 15% das reuniões houve votos diferentes entre os membros do colegiado e em nenhuma reunião foram relatados votos que divergiram em mais de duas opções", aponta a economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória.

A economista também destaca o fato de que, na ata da última reunião de política monetária, o Copom sinalizou que há uma divergência entre grupos dentro do colegiado.

Enquanto a avaliação predominante foi a de que "a continuação do processo desinflacionário em curso, com consequente impacto sobre as expectativas" poderia permitir o início de um processo parcimonioso de inflexão na próxima reunião, outro grupo se mostrou mais cauteloso e defendeu que seria necessário "observar maior reancoragem das expectativas longas e acumular mais evidências de desinflação nos componentes mais sensíveis ao ciclo".

Se a história servir como base, as divergências, de acordo com a economista-chefe do Inter, podem acabar se estendendo por um período maior de tempo. "Houve uma ocasião, entre o fim de 2015 e começo de 2016 que, por três reuniões seguidas, um grupo dentro do Copom queria manter a Selic e outro queria continuar subindo.

Essa divergência pode permanecer pelas próximas reuniões e perdurar algum tempo", afirma.

O cenário de incertezas acerca da próxima reunião

acaba também se traduzindo na precificação de mercado. Os agentes seguem bastante divididos acerca do desfecho da próxima decisão do Copom, na semana que vem.

No fechamento de ontem, no mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade de um corte de 0,5 ponto percentual passou a ser de 47%, contra 46% de uma redução de 0,25 ponto. Ainda há, no cenário dos agentes financeiros, 3% de chance de a Selic permanecer inalterada em 13,75% e outros 3% de possibilidade de uma redução de 0,75 ponto.

Vitória aponta que a ocorrência da divergência nos votos ocorre com maior frequência quando se leva em conta a magnitude dos cortes ou da elevação na taxa Selic.

"Votos que diferem entre manter ou reduzir a taxa acontecem no início, ou no fim do ciclo de afrouxamento monetário, sendo a última ocorrência no ciclo em 2011, que, aliás, iniciou com um corte de 0,5 ponto, de 12,50% para 12%", afirma.

Ela lembra ainda que, no grande ciclo de afrouxamento monetário promovido pelo Banco Central em 2016 - que trouxe a Selic de 14,25% para 6,5%, sob a liderança de Ilan Goldfajn -, todas as decisões reportadas foram unânimes.

O primeiro corte de juros ocorreu na reunião de outubro de 2016 e também foi de 0,25 ponto.

Na opinião do Inter, ainda que a evolução do cenário desde a última reunião do BC abra espaço para um corte inicial na Selic de 0,50 ponto, a comunicação recente do colegiado indica que o início do ciclo será feito com parcimônia.

"Achamos que os dois novos membros não garantiriam uma maioria para cortar 0,5 ponto neste momento, mas uma surpresa maior no IPCA-15 e nos dados de emprego desta semana poderia fazer com que o colegiado convergisse para um corte maior."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187611>

Crédito deve crescer 7,7% em 2023, projeta Banco Central

ANDREIA VERDELLIO Agência Brasil, Brasília

O Banco Central (BC) prevê que o volume de crédito bancário crescerá 7,7% em 2023. A projeção teve uma ligeira alta diante da previsão anterior de 7,6%, divulgada em março deste ano, e continua indicando um processo de desaceleração do crédito, "compatível com o ciclo de aperto monetário" de alta na taxa Selic, os juros básicos da economia.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC mantém a taxa Selic em 13,75% ao ano desde agosto do ano passado, o maior nível desde janeiro de 2017, apesar da queda da inflação e das pressões de parte do governo para redução dos juros básicos.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação porque a taxa causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, evitando a demanda aquecida. Os efeitos do aperto monetário são sentidos no encarecimento do crédito e na desaceleração da economia. A nova estimativa incorpora os novos dados do mercado de crédito e a revisão do cenário macroeconômico futuro. As informações são do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC.

Cálculo por segmento "Os dados do mercado de crédito divulgados desde o relatório anterior mostram evolução do saldo dos empréstimos às famílias acima do esperado, principalmente no segmento direcionado, enquanto os financiamentos às empresas recuaram de forma mais intensa, destacando-se o segmento livre", informou o órgão.

Para 2023, a projeção de crescimento do estoque do crédito livre para pessoas físicas aumentou de 8% para 9%, "refletindo a maior resiliência observada nas concessões até abril de 2023". Por sua vez, a projeção de crescimento do crédito livre às empresas foi reduzida de 6% para 3%, "devido à desaceleração mais intensa do que a esperada no primeiro quadrimestre do ano".

"Esse movimento decorre, em parte, da oferta de crédito relativamente restritiva no início do ano, uma consequência tanto das condições gerais da economia, incluindo o estágio atual do ciclo monetário, como de re- percussões do caso Americanas", explicou o BC.

Em recuperação judicial desde janeiro, as Lojas Americanas enfrentam uma crise desde a revelação de "inconsistências contábeis" de R\$ 20 bilhões. Posteriormente, o grupo admitiu que os débitos com as instituições de crédito podem chegar a R\$ 43 bilhões.

O crédito livre é aquele em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

A desaceleração do crédito livre foi parcialmente contrabalançada por um crescimento do crédito direcionado. Nesse segmento, a projeção de crescimento do saldo de pessoas físicas aumentou de 9% para 11%, diante da maior disponibilização de crédito rural no começo do ano.

A revisão, por outro lado, também reflete a desaceleração ainda discreta do saldo do crédito imobiliário, a despeito da retração nas concessões observada desde meados de 2021. "Vale lembrar que, como os prazos da modalidade são altos e as amortizações relativamente pequenas em comparação ao saldo, movimentos das concessões têm impacto mais defasado na carteira de crédito", explicou o BC.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_955CDB0442BFD00C4ABB4FA5FD53DCDB35500D9692942DC8DDF4296ED90F1F9BF9F9ACC2567AFD9972821AC44D04F44D13FF912F85EC85CFA4D41F1109258DC441E76A949D6470103F11C7BD04D995B84E10E0BA164B58CADFAC62959B4D581E4CA1DFCE4F2FA1D090F714E974E807669F83DA640C693119F7CC19

A pedido do governo, Centrão planeja escalar mulheres para o comando da Caixa e da Funasa

Por Alice Cravo e Lauriberto Pompeu

Em negociação paralela à **reforma ministerial** desenhada para acomodar PP e Republicanos no governo, os partidos do Centrão deverão apresentar nomes de mulheres para ocupar outros cargos relevantes do Executivo, como a Caixa Econômica Federal e a Fundação Nacional da Saúde (Funasa). A preferência por indicações de nomes do sexo feminino atende a um pedido do próprio Palácio do Planalto, num momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido pressionado por aliados a não reduzir o número de brasileiras em cadeiras de destaque na máquina pública.

Com as tratativas em curso, o bloco tenta emplacar na presidência do banco estatal a ex-deputada Margarete Coelho (PP-PI), que é próxima ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ela substituiria outra mulher, Rita Serrano, ligada ao PT. Atual diretora de administração e finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Margarete já atuou como advogada de Lira e também foi vice-governadora do Piauí na gestão de Wellington Dias (PT), hoje ministro do Desenvolvimento Social. Na conjuntura atual, porém, o PP local é adversário de Dias no estado, com a liderança do senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de Jair Bolsonaro.

Já em relação à Funasa, há a intenção de que a presidência também fique com uma mulher, de preferência, que já tenha trabalhado no órgão. Até agora, porém, não há um nome de consenso a ser indicado ao posto. Virgínia Velloso, que foi superintendente da Funasa na Paraíba e é mãe do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), é citada por uma ala do PP como cotada.

O órgão ainda passa por uma reestruturação, e não há definição sobre o tamanho do seu orçamento e a qual ministério ficará vinculado. Por isso, a escolha seguirá sendo debatida.

Há uma preocupação do governo em compensar eventuais saídas de ministras, que podem perder o cargo para abrir espaço aos deputados Silvio Costa

Filho (Republicanos -PE) e André Fufuca (PP-MA). Com a escolha de Celso Sabino para o Ministério do Turismo no lugar de Daniela Carneiro, o governo já aumentou a desigualdade na Esplanada: são 10 mulheres entre 37 pastas.

- Lula sempre defendeu valorizar e fortalecer a presença de mulheres, desde o início do governo, e certamente isso sempre será considerado ao longo de qualquer reorganização do governo - disse ao GLOBO o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Inicialmente o nome apresentado pelo PP para comandar a Caixa era o de Gilberto Occhi, que foi ministro nos governos Dilma Rousseff e Michel **Temer** e já comandou o banco. Diante da pressão de setores do governo para não reduzir a representatividade feminina, sobretudo da primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, houve uma mudança de postura.

Ainda não está definido quais ministérios serão comandados por Fufuca e Costa Filho. Para viabilizar a nomeação, a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e a dos Esportes, Ana Moser, podem ter que sair do governo ou serem remanejadas para outras áreas. Há também a possibilidade de Esther Dweck (Gestão) ou Cida Gonçalves (Mulheres) serem rifadas.

Nesta segunda-feira, no Palácio do Planalto, Luciana Santos disse que ninguém do governo a chamou para falar sobre substituição:

- Estamos trabalhando tranquilamente. O que estou fazendo é trabalhar 24 horas para tocar a agenda da Ciência e Tecnologia que está pujante. Até o momento, o presidente Lula e nenhum interlocutor do governo chegaram até mim para falar sobre esse assunto.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, já manifestou preocupação sobre a participação feminina na Esplanada.

- Se porventura tiver uma mudança ministerial, vamos torcer para que sejam colocadas mulheres. O

importante é a proporcionalidade, a representação de mulheres - disse.

Para reforçar a importância da representação das mulheres, Lula, Janja e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, posaram para uma foto ao lado das ministras enquanto assistiam à estreia da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo feminina da Fifa.

(Colaborou Jeniffer Gularte)

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/25/a-pedido-do-governo-centrao-planeja-escalar-mulheres-para-o-comando-da-caixa-e-da-funasa.ghtml>

Argentina altera câmbio para exportações e amplia impostos

O pacote econômico do governo argentino eleva a cotação do dólar usado nas exportações agrícolas, amplia o alcance do chamado Imposto Por uma Argentina Inclusiva e Solidária (Pais) e unifica duas taxas para a moeda americana, os chamados dólar tarjeta, ou turista, e dólar ahorro (poupança).

O primeiro é usado por argentinos em viagens ao exterior, e o segundo, para comprar a moeda e guardar.

Com isso, ontem, o chamado dólar blue, o câmbio paralelo, atingiu um novo recorde: 552 pesos. Em algumas províncias, segundo o jornal local *Ámbito Financiero*, o dólar blue bateu 560 pesos.

FALTA CLAREZA SOBRE TAXA

Por outro lado, depois de o ministro da Economia, Sergio Massa, ter dito que o país está perto de fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os títulos argentinos subiram em torno de 4%, e o risco-país recuou 2,6%, a 1.950 pontos centesimais, segundo o *Ámbito*.

No fim da noite de domingo, Massa disse que o FMI vai liberar recursos para a Argentina em agosto e novembro. O acordo deve ser fechado esta semana. O país tem de pagar ao Fundo um total de US\$ 2,6 bilhões até o próximo dia 31.

O novo pacote econômico eleva de 300 para 340 pesos a cotação do dólar usado nas exportações agrícolas. Essa cotação não se aplica às vendas de soja. A receita esperada com a mudança é de US\$ 2 bilhões, disseram fontes do governo ao jornal local *La Nación*.

As cotações dos dólares ahorro e tarjeta foram unificadas em 497,65 pesos, contra 466 pesos antes, segundo o *Ámbito*.

Com relação à ampliação do leque de produtos do imposto Pais, este passa a ser aplicável a todos os serviços, à alíquota de 25%. As exceções são saúde e educação, que ficam isentos; fretes, cuja alíquota será de 7,5%; e concertos, que terão alíquota de 30%.

Os produtos terão Pais de 7,5%, com exceções de medicamentos; material de combate a incêndios;

combustíveis e outros itens ligados à geração de energia; e insumos e bens intermediários vinculados à cesta básica, que continuam isentos.

O imposto também incide sobre itens importados.

Segundo o *La Nación*, ainda não está claro se o Pais também será aplicado aos automóveis oriundos do Brasil.

Welber Barral, sócio-fundador da BMJ Consultores Associados e ex-secretário de comércio exterior, afirma que essa taxa já existe e será apenas ampliada.

-A lista vai aumentar. Não é imposto direto: é um imposto sobre o dólar comprado pelo importador - explica o consultor brasileiro.

(Ana Flávia Pilar, com *La Nación* e agências internacionais)

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>